CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

UM ESTUDO SOBRE A POLÍTICA DE COTAS E A TRAJETÓRIA ESCOLAR DE JOVENS NEGROS DO CEFET-RJ

Samantha Rodrigues de Oliveira Verçoza Costa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET-RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título em Mestre em Relações Étnico-Raciais.

Orientador:
Prof. Dr. Carlos Henrique dos Santos Martins

Rio de Janeiro
Fevereiro/ 2017

UM ESTUDO SOBRE A POLÍTICA DE COTAS E A TRAJETÓRIA ESCOLAR DE JOVENS NEGROS DO CEFET-RJ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET-RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título em Mestre em Relações Étnico-Raciais.

Samantha Rodrigues de Oliveira Verçoza Costa

Banca Examinadora:

_____

Presidente, Professor Dr. Carlos Henrique dos Santos Martins (CEFET-RJ) (orientador)

_____

Professor Dr. Mário Luiz de Souza (CEFET-RJ)

_____

Professora Dra. Daniela Frida Drelich Valentim (UERJ)

Suplentes:

_____

Professor Dr. Roberto Carlos da Silva Borges (CEFET-RJ)

_____

Professora Dra. Mônica Pereira do Sacramento (PENESB-UFF)

Rio de Janeiro
Fevereiro/2017

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

C837 Costa, Samantha Rodrigues de Oliveira Verçoza
Um estudo sobre a política de cotas e a trajetória escolar de jovens negros do CEFET-RJ / Samantha Rodrigues de Oliveira Verçoza Costa.—2017.
95f. + anexos : il. , tabs. ; enc.

Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca , 2017.
Bibliografia : f. 88-95
Orientador : Carlos Henrique dos Santos Martins

1. Jovens negros – Educação (Superior) – Brasil. 2. Discriminação na educação – Brasil. 3. Brasil. [Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012]. 4. Programa de ação afirmativa na educação. 5. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. I. Martins, Carlos Henrique dos Santos (Orient.). II. Título.

CDD 371.82960981

Aos meus pais e minha irmã, pela perseverança, dedicação e amor.

Ao meu esposo, Brunno, que contribuiu com sua paciência e incentivos.

AGRADECIMENTOS

A Deus em primeiro lugar e acima de tudo!

À minha mãe Matilde, em especial, que sempre esteve na minha torcida e foi a responsável por me incentivar na caminhada. Se não fosse você nada disso seria possível. Obrigada pelo amor incondicional que dedica a mim e minha irmã.

Ao meu pai Ivan e minha irmã Sabrinna, que sempre me apoiam e me acompanham em todas as etapas.

Ao meu amado esposo, Brunno, que contribuiu nas situações de maior desafio. Nas horas de incertezas suas palavras sempre foram as responsáveis por me acalmar. Obrigada por tudo ao longo dessa jornada.

À minha vó Izaura (in memoriam), pelo exemplo de força e garra.

À minha tia Aparecida, por ter estado ao meu lado durante todo o processo.

Ao meu orientador Carlos Henrique que disponibilizou seu precioso tempo a ensinar-me e mostrar-me o melhor caminho para a realização deste trabalho. Muito obrigada por toda dedicação e conhecimento compartilhado.

Ao professor Roberto Borges pela nobre gentileza de me aproximar dos cotistas, o que foi fundamental para a construção desta dissertação. A você, o meu sincero obrigada!

Ao professor Mário Luiz que cedeu seus materiais e que foram cruciais ainda nos primeiros momentos da pesquisa.

Aos jovens protagonistas que participaram dessa pesquisa, sempre tão empenhados e disponíveis em compartilhar comigo suas trajetórias.

Ao grupo de orientação coletiva pelas contribuições e discussões sempre visando o enriquecimento deste trabalho.

A todo o corpo docente do PPRER pelos conhecimentos transmitidos.

A CAPES, pela bolsa de estudos.

A todos que de alguma forma tornaram este trabalho possível.

“O significado das coisas não está nas coisas em si, mas sim em nossa atitude com relação a elas”.

Antoine de Saint- Exupéry

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender a trajetória escolar de cinco jovens que ingressaram no Centro Federal Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ) através de cotas raciais no momento em que a instituição passou a adotar a política em seus processos seletivos em decorrência da obrigatoriedade da implementação da Lei federal 12.711/2012. Tal lei ganha destaque a partir da luta dos movimentos negros em prol da inserção do negro nos diversos setores da sociedade, mas principalmente, na educação. Durante a pesquisa, foi investigada a trajetória escolar desses jovens que se autodeclararam negros e estavam no último ano, ou seja, alunos concluintes. Fizemos, portanto, a análise desse grupo a fim de perceber como se deram as vivências, experiências, opiniões e as ferramentas que foram cruciais para que os protagonistas chegassem ao final do curso. Além disso, foi compreendido como se configuravam as relações com os membros da comunidade escolar, suas estratégias de permanência e como driblavam as dificuldades de discriminação, incertezas, dentre outros.

Palavras-chave: lei 12.711/2012. juventude negra. cotas raciais. CEFET-RJ.

ABSTRACT

This study aims to understand the school trajectory of five young people who entered the Federal Center Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ) through racial quotas at the time the institution started adopting the policy in its selective processes due to the obligation of the implementation of Federal Law 12.711/2012. This law gains prominence from the struggle of the black movements for the insertion of the black in the various sectors of society, but mainly in education. During the research, the school trajectory of these young people who declared themselves black and were in the last year, that is to say, graduating students, was investigated. We therefore analyzed this group in order to perceive the experiences, opinions and tools that were crucial for the protagonists to reach the end of the course. In addition, it was understood the relationships with the members of the school community, their strategies of permanence and how they dealt with the difficulties of discrimination and uncertainties.

Keywords: law 12.711/2012. black youth. racial quotas. CEFET-RJ

SUMÁRIO

Introdução **11**
Metodologia 13
Apresentando os jovens 20
Gabriel 21
Daniela 21
Ariel 22
Rafaela 23
Sofia 24

Capítulo 1. Ações Afirmativas **27**
1.1 Políticas Positivas de combate à discriminação 33
1.2 A oferta de vagas da Lei 12.711/2012 38
1.3 A implementação de cotas no CEFET-RJ e o recorte racial 41
1.4 Histórico do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET-RJ 42
1.5 Política de cotas no Brasil 44

Capítulo 2. Juventude e seus paradigmas **50**
2.1 Complexidades de ser jovem: trajetória e negritude 52
2.1.1 "Eu me sentia fora do aquário..." 55
2.2 A juventude como ponto crucial 64

Capítulo 3. A trajetória dos alunos cotistas no CEFET-RJ **66**
3.1 Aspectos das trajetórias dos jovens 67
3.2 O significado do CEFET-RJ 72

Considerações Finais **84**

Referências Bibliográficas **88**

Anexos.....96
Anexo I.....96
Anexo II.....98
Anexo III.....101
Anexo IV.....104

Introdução

O tema das relações raciais no contexto educacional vem ganhando grande destaque ao longo dos últimos anos, a partir do momento em que leis como a 12.711/12[1] passam a tornar obrigatória a reserva de vagas para os grupos de Negros[2] nos processos seletivos visando o combate ao racismo. Leis como essa são reflexos de anos de discussão intensa da Frente Negra, que passam a ganhar destaque com o Movimento Negro Unificado (MNU), no momento de sua fundação em 1978, não configurando, portanto, um fato recente. A partir de tais medidas, grupos tidos como discriminados ou minoritários passam a ser favorecidos e a ter chances nos diversos setores da educação e trabalho.

É sabido que as relações raciais envolvem outros grupos sociais- judeu, asiático, indígena- entretanto, o enfoque nesse trabalho consiste na raça negra, tendo em vista o objetivo de compreender como a lei de cotas contribuiu para esse grupo, uma vez que a questão do preconceito permite aos membros do grupo racial dominante exercer sua dominação de modo inconsciente e, portanto, sem culpa em amplos setores do campo acadêmico (MEDEIROS, 2004, pg. 75). Baseado na dinâmica de preconceito entre os grupos, formulamos o entendimento de que o surgimento de pesquisas sobre desigualdade racial no Brasil enfrenta o desafio de negociação e legitimidade. Guimarães salienta que

> A sociedade brasileira não reconhece o racismo, seja de atitudes, seja de sistema [...]. Segundo, e por consequência, porque as próprias desigualdades raciais são vistas como desigualdades

[1] "Em 2012 foi aprovada a Lei Federal 12.771, tornando obrigatória a reserva de vagas para pretos, pardos, indígenas, alunos de escola pública e de baixa renda nas instituições federais de ensino superior e técnico. As universidades federais, muitas das quais já possuíam programas de ação afirmativa, começaram a se adequar rapidamente à nova lei, uma vez que ela já teve que ser cumprida nos processos seletivos para 2013" (GEEMA, 2014, pg. 7).

[2] Neste trabalho compreendemos como negros as pessoas que se autodeclaram "pretas'' ou "pardas", de acordo com a classificação de cor estabelecida pelo IBGE.

> sociais de classe, que afetam o conjunto da sociedade brasileira [...]. (GUIMARÃES, 2012, p. 232).

A expectativa de autores como Guimarães sobre as relações raciais apontam os problemas de ordem social de nosso país e o silenciamento por parte de alguns setores acerca das questões raciais. Por esta razão, leis que promovam a representatividade do negro através de sua inserção nos diversos espaços são fundamentais para reduzir as discrepâncias raciais existentes nos mesmos. De acordo com o autor, a desconstrução do racismo torna-se um obstáculo, quando ele tem faces sutis e mutantes, como é o caso do Brasil. Porém, tratar as relações raciais e ações afirmativas sempre exigiram estratégias para que a temática ganhasse visibilidade. Nesse sentido, Ivanir Santos aponta que

> A cota entrou no relatório oficial do governo que foi para a Conferência de Durban, quando [...] numa audiência com o presidente da República, sugeri ao Fernando Henrique que adotasse nem que fosse a cota, no relatório. Porque abriria o debate. E ele aí assumiu. Tanto que a imprensa foi lá e pinçou justamente a cota. Ao mesmo tempo em que ela pinçou para desmoralizar, abriu o debate [...]. Somos um país que precisa se ver dessa forma [...] ela é a nossa tática; nossa estratégia são as políticas de ação afirmativa, que a sociedade tem que fazer (SANTOS, 2007, pg. 394).

Como afirma o estudioso, a forma com que as cotas vinham sendo tratadas exigia pressão por parte daqueles que buscavam, preliminarmente, ampliar o debate a respeito da inserção de grupos minoritários. No entanto, a introdução do tema sempre esbarrou em barreiras no âmbito das discussões, que resultam na pouca ênfase dada ao mesmo. Nesse trabalho, portanto, damos destaque e, consequentemente, compreendemos como a política de cotas passa a ser efetiva para jovens que buscam acessar o ensino técnico médio no ano em que passa a ser obrigatória a instauração da política de cotas nos processos seletivos de instituições de nível médio federal. Mais especificamente, o interesse está concentrado na juventude negra, uma vez que a mesma passa a ter fundamental importância no mundo contemporâneo, onde suas culturas começam a ser reconhecidas, mesmo que gradativamente. Compreender a juventude e

as suas nuances, consiste em perceber como de fato os problemas sociais estão sendo enfrentados e vivenciados. Para isso, o cenário escolar é o escolhido, uma vez que

> Para os jovens pertencentes às camadas populares e trabalhadoras em sua grande totalidade, negros, é ainda a escola, seja ela receptiva, árida, particular ou pública, a garantia do caminho para a chegada à universidade, e para além deste fato comum a todos os jovens, a possível diferenciação acadêmica de seus pais, a expectativa de mobilidade social e o alcance de seus projetos de vida (SACRAMENTO, 2005, pg. 18).

Como sinalizado pela autora, a escola desempenha papel fundamental na ascensão social dos sujeitos negros, tendo em vista que ampliam as chances de mobilidade social. Nesse espaço, ainda é possível promover a cultura do respeito às diversas culturas e paulatinamente conscientizar sobre os paradigmas raciais.

Metodologia

A partir da análise da categoria juventude no âmbito escolar, realizamos um estudo de como a política de cotas influenciou na trajetória dos jovens, que para essa pesquisa se compreendem em cinco. Trata-se, portanto, de um estudo de caso, pois observamos a realidade em um dado espaço a fim de compreender o que pode acontecer em espaços similares. A escolha por esse método se deu em função de abordarmos um fenômeno e, nesse sentido, o interesse é compreender como o "caso" ocorre em seu contexto real (YIN, 2005, apud ANTUNES et al., 2012, pg. 6). A segunda motivação que nos faz eleger esse método está na possibilidade de encontrarmos casos múltiplos ou até mesmo, singulares. Para o autor supracitado:

> O estudo de caso representa um método abrangente, com a lógica do planejamento, da coleta e da análise de dados. Pode incluir tanto estudos de caso único quanto de múltiplos, assim como abordagens quantitativas e qualitativas de pesquisa (YIN, 2001, apud VENTURA, 2007, pg. 12).

Adotamos o viés teórico de Yin para essa pesquisa, que entende esse método com etapas pré-estabelecidas. O estudo de caso é uma ferramenta crucial que o pesquisador possui, uma vez que permite aprofundar o caso analisado. Por isso, a escolha desse método, que permite entender a realidade de cada aluno de forma individual, mas que pode ser o caso de diversos outros alunos em outros espaços semelhantes.

Falar desses jovens consiste em também relatar como de fato se deu o interesse por tal grupo e, mais especificamente, quais foram os caminhos que me levaram, enquanto pesquisadora, até eles.

O interesse pela temática começou ainda na graduação de Letras, quando o assunto era tratado nas aulas, principalmente, durante o curso de Licenciatura. No curso eram abordados diversos temas que envolviam a categoria juventude no âmbito educacional e o tema sempre me gerou interesse. Paralelamente, surgiu a vontade de compreender como de fato as políticas públicas influenciavam na trajetória desses indivíduos.

Metodologicamente, essa pesquisa se iniciou com o levantamento bibliográfico e a revisão de literatura, a fim de identificar a linha teórica que nortearia o presente trabalho. Posteriormente, foi realizada também a pesquisa documental sobre a política (Portarias, Editais, Resoluções, Artigos, Livros e materiais diversos), que permitiu entender como a mesma vinha sendo tratada e entendida na atual sociedade.

Após esse processo, fomos contemplados com um material documental – constituído por questionários[3] aplicados a onze turmas técnicas do CEFET-RJ-, cedido pelo professor Mário Luiz de Souza, do mesmo programa. Esses documentos foram aplicados pelo docente com o intuito de realizar uma pesquisa acerca da política de cotas na instituição. As turmas que foram submetidas ao processo estão divididas de acordo com os cursos técnicos disponíveis na escola e que estão expostas na tabela que segue:

[3] Os questionários eram compostos por blocos de perguntas, que tinham o objetivo de traçar o perfil dos entrevistados, bem como as suas impressões acerca da política de cotas.

Cursos técnicos integrados ao ensino médio- CEFET- Campus Maracanã
Curso técnico em Administração
Curso técnico em Edificações
Curso técnico em Eletrônica
Curso técnico em Eletrotécnica
Curso técnico em Estradas
Curso técnico em Informática
Curso técnico em Mecânica
Curso técnico em Meteorologia
Curso técnico em Segurança do Trabalho
Curso técnico em Telecomunicações
Curso técnico em Turismo

Tabela 1 Fonte:
http://www.cefet-rj.br/

O referido professor havia iniciado uma pesquisa sobre política de cotas no mesmo *campus*, contudo, ao tomar conhecimento através de uma conversa sobre o nosso objeto de pesquisa, gentilmente nos cedeu o material de que tinha posse, tendo em vista o desejo de contribuir com a nossa pesquisa. A partir desse material, demos início à sua análise, pois o mesmo era amplo e consistente. Tais documentos foram de grande valia acadêmica para refletirmos sobre quais seriam os próximos passos.

Em seguida, foi realizada uma análise interpretativa dos editais de acesso de novos alunos referentes aos anos de 2013 até 2017 para entender como realmente vinha ocorrendo a distribuição de vagas dentre os cursos técnicos na instituição. Tivemos

respostas importantes para um primeiro momento. De fato, como pressupúnhamos, a distribuição de vagas para o recorte racial não é tão promissora quanto a proposta inicial de criação da Lei de Cotas, conforme é apresentado nos capítulos que seguem. A partir dessas informações, começamos a pensar em estratégias que nos permitissem chegar até os sujeitos que seriam protagonistas nessa pesquisa, quando me deparei com um novo rumo.

Enquanto cursava as disciplinas obrigatórias do programa, mais especificamente, a do professor Roberto Borges, surgiu a necessidade de apresentar um seminário, cujo tema era cotas. Como fim ilustrativo, e visando mesclar teoria e prática, discursei sobre algumas informações que já havia encontrado durante a minha pesquisa acerca da política de cotas. Após debater o tema com os colegas de classe e o professor, o mesmo, ao final da apresentação, me perguntou qual seria o próximo passo para a pesquisa, quando respondi que estava me preparando para ir ao campo com o objetivo de encontrar os jovens que aceitassem participar de entrevistas. Na aula seguinte, gentilmente, o referido professor me comunicou que tinha contato com professores que estavam lecionando no CEFET-RJ para alunos concluintes e que poderia me fornecer o local para que eu fosse até os mesmos e, assim, chegasse até às turmas de concluintes, com o objetivo de ter acesso aos alunos que ingressaram através da cotas raciais e estavam no último ano do curo de administração.

Porém, antes de entrar em contato com os professores do último ano, recebi uma nova mensagem, do próprio professor Roberto, já com o contato de seis alunos. Em uma mensagem, ele me explicava que havia aplicado prova em uma sala de quarto ano e que alguns alunos negros forneceram o número de telefone, uma vez que ele havia previamente comentado sobre a minha pesquisa e a necessidade de alunos para cederem entrevistas.

Após essa ação, entrei em contato, via aplicativo de mensagem, com os seis jovens de forma individual. O primeiro contato se deu, então, via texto, no qual eu me apresentava e comentava brevemente sobre a pesquisa. Ao final, perguntava aos alunos se eles estavam dispostos a me encontrar na escola para que nos conhecêssemos pessoalmente. O primeiro a me responder, informou que não era cotista, portanto, não poderia me ajudar. Contudo, os outros cinco alunos me deram respostas positivas e

aceitaram me encontrar ainda na mesma semana na escola. Como o contato era individual, marquei com cada um no horário que era mais acessível para os jovens. Durante os encontros expliquei mais detalhadamente sobre o meu trabalho e os convidei para entrevistas individuais, uma vez que todos estavam dentro dos requisitos que eu buscava para os entrevistados: negros, cotistas raciais e alunos do último ano. Os cinco aceitaram e já saí desse primeiro encontro com as entrevistas agendadas para o mês seguinte, de acordo com a disponibilidade de cada um.

Todos os alunos eram do curso de administração, que vem sendo oferecido no CEFET-RJ há dez anos, porém em 2012 houve a sua reformulação, visando a aplicação para as turmas de 2013 e que consistiam em:

> 1 – Adequação dos conteúdos, visando atender às necessidades dos alunos e do mercado empresarial e;
>
> 2 – Empregabilidade, com o objetivo de aumentar o número de alunos com estágio, aumentar o número das efetivações nos respectivos estágios e a aprovação em concursos (CEFET, 2012, pg. 9).

Com o objetivo de

> • Melhor atender o jovem e o adulto, focando em sua necessidade de emprego, subsistência e independência.
>
> • Atender ao mercado empresarial, pois somente 1% dos alunos que entravam para o curso técnico diurno eram efetivados como técnicos em administração até o início de 2013 (id, pg. 9).

Além disso, foi alterada, também a matriz curricular que passou a ser a seguinte:

Série	Componente Curricular	Carga Horária
1ª	Comunicação Empresarial	67
	Administração de Pessoas e HST	67
	Psicologia e Comportamento Organizacional	67
		201
2ª	Fundamentos e Modelos Teóricos da Administração	67
	Estatística Aplicada à Administração	67
	SIG e OSM (Sistemas de Informações Gerenciais e Organização, Sistemas e Métodos)	67
		201
3ª	Administração da Cadeia de Suprimentos	67
	Contabilidade Geral	67
	Administração da Produção e Gestão da Qualidade	67
		201
4ª	Informática Avançada	67
	Administração de Marketing	67
	Administração Financeira e Orçamentária	67
	Economia, Empreendedorismo e Inovação	67
	Prática Empresarial	67
	Tópicos Especiais em Administração	67
		402
SUBTOTAL		**1005**
Prática Profissional (Estágio)		**400**
TOTAL GERAL		**1405**

Tabela 2
Fonte: http://www.cefet-rj.br/

A partir de tais informações, se deu a motivação em trabalhar com jovens do curso de administração, uma vez que após a sua reformulação passou a efetivar 18% de seus estudantes em empresas (CEFET, 2014, pg. 9). Além disso, é um curso que permite atuação em diversos ramos, tendo em vista a matriz curricular que proporciona um conhecimento amplo na carreira de técnico em administração.

Em seguida, comecei a trabalhar no roteiro[4] semi- estruturado da entrevista, tendo em vista as hipóteses que já eram frutos da pesquisa. Como bem destaca Vasconcelos (2012, pg. 9), ao projetar uma entrevista, é essencial fazer perguntas que são susceptíveis de produzir o máximo de informações possíveis sobre o fenômeno investigado, bem como, ser capaz de abordar as metas e objetivos da pesquisa. Nesse sentido, o objetivo consiste em explorar os dados através de perguntas que levem aos esclarecimentos dos fatos. Para isso, e respeitando os limites de um roteiro semi-estruturado e já pré-estabelecido, sempre buscava explorar através de perguntas os fenômenos apresentados pelos alunos, principalmente, quando se tratava de situações vivenciadas em sala de aula.

[4] Anexo I

O roteiro foi preparado de forma que na primeira parte fosse possível introduzir perguntas mais suaves, ou seja, sem grande nível de dificuldade para propiciar um ambiente agradável. Contudo, tais perguntas eram fundamentais para traçar, mesmo que minimamente, o perfil dos sujeitos.

Em seguida, o segundo bloco de perguntas consistiu em compreender como se deu as trajetórias dos alunos, suas relações com os professores, colegas, rendimentos escolares, dificuldades, etc. A partir de então, era possível começar a entender o que contribuía para a trajetória dos mesmos, quais os desafios a serem enfrentados por sua condição de cotistas e, principalmente, de jovens negros.

Já no terceiro bloco, as perguntas estavam direcionadas para as nuances que existiam no tempo que estavam no CEFET-RJ. Nesse momento, o interesse era perceber como os jovens enfrentavam os desafios, quais foram os momentos marcantes, para compreender como se deram as trajetórias dos mesmos.

Finalmente, no último bloco, as perguntas tinham o caráter de entender como o CEFET-RJ contribuiu para a trajetória deles e se a política de cotas foi importante nesse processo de escolarização. Além disso, buscava compreender, também, se a política deixou algum legado em suas vidas, uma vez que permitiu aos mesmos ingressarem no ensino técnico médio federal.

Sendo assim, o roteiro de entrevista foi preparado com o objetivo de entender como se deram as trajetórias desses jovens que ingressaram no CEFET-RJ através da política de cotas, pelo recorte racial. Busquei compreender as nuances, alegrias e dúvidas que marcaram esse tempo. Como a nomenclatura já indica, o roteiro semi-estruturado tinha um caráter que me permitiu incluir perguntas à proporção que as entrevistas eram feitas ou quando necessário aprofundar algum tema ou questionamento.

Os jovens foram entrevistados no CEFET, unidade Maracanã, na sala de estudos, de forma individual e todos autorizaram a gravar as entrevistas, o que contribuiu para que eu pudesse anotar as informações mais pertinentes e, ao mesmo tempo, pudesse tornar a conversa mais dinâmica.

Apresentando os jovens

Os nomes adotados nesse texto e que identificam os protagonistas não são os verdadeiros. Durante as entrevistas foi explicado que a identidade de cada um dos interlocutores não seria revelada na pesquisa, tendo em vista o objetivo de preservar cada um. Portanto, foi perguntado se gostariam de escolher o apelido que ganhariam na pesquisa. Todos preferiram que eu escolhesse os nomes fictícios, exceto Gabriel que disse que tinha simpatia por esse nome e que gostaria de ser representado pelo mesmo. Quanto aos outros jovens, optei pela escolha de nomes que tivessem similaridade fonética com os verdadeiros. Portanto, os sujeitos que constituem essa pesquisa são: Gabriel, Daniela, Ariel, Rafaela e Sofia. Na tabela a seguir é possível visualizar as principais características desses jovens:

	Gabriel	**Daniela**	**Ariel**	**Rafaela**	**Sofia**
Cotista Racial	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Idade	18	18	18	17	18
Onde mora	Nilópolis	Taquara	Padre Miguel	Belford Roxo	São João de Meriti
Com quem mora	Mãe e irmã	Esposo	Pais e irmã	Pais e irmã	Mãe, padrasto e irmã
Renda familiar	Um Salário mínimo	Dois salários mínimos	Dois salários mínimos e meio	Acima de três salários mínimos	Dois salários mínimos e meio
Já Trabalha ou estagia	Sim	Sim	Não	Não	Não
Possui Bolsa Auxílio	Sim	Sim	Sim	Não	Sim

Tabela 3.
Perfil dos Jovens.

Gabriel

Gabriel é jovem, negro, tem 18 anos e é morador do município de Nilópolis, onde vive com a mãe e a irmã. Na sua família, a responsável financeira é a mãe, uma vez que a irmã ainda estuda e cursa o técnico de enfermagem. A motivação para optar pelo curso de administração veio desde criança. Durante nossa conversa, ele relata que

> É... eu sempre gostei da área financeira. Eu vejo administração, eu via administração como algo ligado às finanças, né. É...mas...é... tipo comércio...mas quando eu era criança eu brincava com a minha irmã, eu obrigava ela a comprar as coisas. A gente tinha aquele dinheiro de papel (*risos) "você tem que comprar!"* (*risos)*... era o curso que eu mais via como perfil pra mim.

O desejo em lidar com as "finanças", mesmo que teoricamente, retrata um desejo de infância do jovem Gabriel. Vagarosamente, já está introduzindo os conhecimentos adquiridos ao longo do ensino no emprego que possui como auxiliar administrativo em um escritório de advocacia no centro do Rio de Janeiro. Gabriel diz que tomou conhecimento da escola através de um professor com que tinha aula em sua região, a partir de então, pesquisou na internet e decidiu que tentaria prova para a instituição. O jovem aponta ainda que ao ingressar no CEFET-RJ participou do projeto de "História, Cultura e Ancestralidade da mulher indígena", ainda no primeiro ano, o que representou a sua primeira participação em um grupo de pesquisa.

Daniela

Daniela tem 18 anos, é casada e moradora da Taquara, sub bairro de Jacarepaguá, que vem a ser um bairro do município do Rio de Janeiro[5]. Sua renda familiar está em torno de dois mil reais, a qual é adquirida com o estágio que possui na Petrobras e através do trabalho que seu companheiro exerce como designer gráfico.

[5] O Rio de Janeiro é a segunda maior metrópole do Brasil (depois de São Paulo), a sexta maior da América e a trigésima quinta do mundo (IBGE, 2010).

Daniela e mais duas irmãs vieram de uma família onde a mãe possui ensino médio completo e exerce trabalhos informais como costureira e o pai, com ensino fundamental, exerce a profissão de motorista rodoviário. A jovem relata que recebeu por um período a bolsa de assistência estudantil oferecida pela instituição CEFET-RJ, a qual contribuiu na época para a sua permanência na escola, já que era uma ajuda de custo importante. Quando pergunto a Daniela o motivo que a levou por optar pelo curso de administração, a mesma responde:

> Na época eu vi os outros cursos e não me interessava... assim, tinha mecânica, eletrotécnica e não era o que me chamava atenção... já administração eu até pesquisei na época sobre o curso e era... assim... um curso muito amplo que assim eu acho... eu achava que me daria muito melhor na administração do que, por exemplo, na mecânica. Sabe?

Durante a entrevista, a jovem relata que ter estudado no CEFET-RJ já contribuiu na conquista do primeiro estágio, mas também alega como uma das principais dificuldades o trajeto que realiza até à escola e à empresa em que trabalha. Situação que é melhor compreendida ao longo dos capítulos dessa dissertação.

Ariel

Ariel tem 18 anos e vive em Padre Miguel, zona oeste da cidade, com seus pais e a irmã mais velha. A estudante alega que a renda da família é de aproximadamente dois salários mínimos e meio, e que é garantida através de seu pai que é autônomo e exerce a função de mestre de obras. Assim como Daniela, Ariel também adquiriu a bolsa de assistência estudantil de R$ 400 que recebeu por 10 meses. Ariel relata o momento em que optou por estudar no CEFET-RJ:

> Quando eu vi que eu tinha passado no CEFET-RJ eu falei: "é minha primeira opção", é o que eu queria também... eu estava em dúvida entre o Pedro II e o CEFET-RJ, mas Pedro II eu não consegui. Então, eu falei: "CEFET-RJ! Vamos pra lá".

Relata ainda que

> Primeiro, eu queria publicidade. Na FAETEC que tinha publicidade, mas eu acho que eu passei só na reclassificação, mas eu já estava aqui no CEFET-RJ, então... aí eu falei: "poxa, alguma coisa eu tenho que fazer no CEFET-RJ", aí eu fiquei olhando eletrotécnica, eletrônica. Eu fiquei em dúvida entre edificações e administração. E depois conversando com meu pai e com a minha mãe eu falei: "Ah, vou colocar administração!" e fui feliz nessa escolha.

Como exposto pela jovem, a escolha pela escola técnica federal prevaleceu, uma vez que reconhecia a importância que tal ação poderia ter na sua trajetória. Diferentemente de Gabriel e Daniela, Ariel no momento está se dedicando somente aos estudos, uma vez que não estagia ou trabalha. Contudo, relata que a rotina intensa dos estudos e a dedicação para ingressar na graduação têm sido responsável por ocupar seus dias e horários no final de semana. Apesar disto, não exclui a possibilidade de estagiar ao final do curso técnico e já está dedicada à busca de oportunidades.

Rafaela

Rafaela tem 17 anos e é moradora de Belford Roxo, região metropolitana do Rio de Janeiro, onde vive com o pai – que trabalha em uma empresa de transportes-, a mãe e a irmã. A entrevistada, quando perguntada, expôs que não pretende estagiar no momento e que só ingressará no mercado de trabalho quando for o momento de realizar o estágio obrigatório, requisito necessário para adquirir o diploma de técnico em administração. Rafaela destaca que optou pelo CEFET-RJ devido à oportunidade de

cursar o técnico em administração, que poderia ser a chance de ter um encaminhamento profissional. Relata ainda que tem se dedicado aos estudos para ser aprovada no vestibular, por essa razão, sempre volta para casa após as aulas da escola para dar continuidade aos estudos.

Sofia

A jovem tem 18 anos e vive com a mãe, o padrasto e a irmã em Vilar dos Teles, São João de Meriti, município da baixada fluminense. Durante nosso encontro, contou que na sua casa a renda é adquirida através dos trabalhos informais que sua mãe desempenha como cozinheira de bolos e através do padrasto, que é motorista. Para ajudar na renda da família, que está entre dois salários mínimos e meio, Sofia leva bolos feitos pela mãe para vender durante as horas vagas na escola.

Sofia aponta que seu objetivo é ingressar em uma universidade federal e que se não passar de primeira, tentará novamente. A estudante alega que cursou o Ensino Médio em uma instituição federal, portanto, acredita que as suas chances de aprovação são maiores. Assim como os outros quatro jovens, Sofia também aponta a dificuldade e o tempo gasto para chegar até o CEFET-RJ, que compreende em duas horas de percurso. Também foi perguntado à Sofia o motivo por ela ter optado pelo curso de administração e a reposta foi que

> Quando era um pouquinho mais nova eu queria fazer publicidade, então, achei que tinha tudo a ver começar a fazer o técnico aqui para saber se era realmente que era isso que eu queria.

Assim como Gabriel, Sofia aponta que os motivos que encontrou para a escolha do curso surgiram ainda na infância e que através do CEFET-RJ foi possível realizar o sonho de ingressar na área administrativa.

Após a apresentação dos sujeitos que foram essenciais para que a pesquisa tivesse embasamento prático, alguns detalhes ainda devem ser destacados. Todos os cinco entrevistados fazem parte da mesma turma de administração. Essa característica foi fundamental para que durante as entrevistas fosse possível compreender os diferentes pontos de vista que tinham acerca dos momentos em que viviam em de sala de aula. A partir de então, as vivências que eram relatadas pelos jovens passavam a fazer mais sentido e ter mais riqueza de detalhes, já que cada um narrava espontaneamente de acordo com as suas experiências e percepções. Tive a oportunidade de ouvir de mais de um jovem o mesmo caso vivenciado em sala de aula. Essa oportunidade preciosa me permitiu entender mais detalhadamente como as trajetórias dos mesmos eram marcadas e construídas enquanto os mesmos respondiam às perguntas durante as entrevistas.

Os jovens participaram da pesquisa de forma entusiasmada e estavam aptos a falar das situações que vivenciavam tanto na escola quanto fora dela. Em alguns momentos, demonstravam incômodo devido às lembranças negativas, ainda assim, se dedicaram a relatar de forma a contribuir com a entrevista.

Ao longo dos capítulos, as experiências que os alunos me forneceram durante as entrevistas aparecem de forma a construir o diálogo entre teoria e prática, com o objetivo de dar interlocução aos sujeitos. Portanto, as características de cada um são melhor expostas ao longo deste trabalho, uma vez que suas falas, crenças e opiniões aparecem ao longo do mesmo.

Nesse sentido, o texto está dividido em três capítulos. Mais especificamente, o capítulo I- *Ações Afirmativas*- trata das ações afirmativas, onde é apresentado um breve histórico e sua importância no contexto da sociedade brasileira, são abordadas as características da Lei 12.711 e, também, é realizada a análise de como a política foi tratada nos anos de 2013 até 2017 na instituição CEFET-RJ – *locus* da pesquisa.

Já o capítulo II, intitulado como *Juventude e seus paradigmas,* tratamos das nuances de ser jovem, ou seja, os obstáculos, incertezas, experiências dessa categoria. Finalmente, no capítulo III *A trajetória dos alunos cotistas no CEFET*-RJ, apresenta-se como se deu a passagem dos jovens pela escola e quais são as motivações para

continuar as suas trajetórias como estudantes. Ao final, realizamos as considerações baseado nas entrevistas, teorias e tudo aquilo que foi investigado e analisado ao longo dos estudos acerca da Lei 12.711/12.

Capítulo 1. Ações Afirmativas

Também conhecida como ação compensatória, as ações afirmativas ganharam destaque nos Estados Unidos, em meados dos anos de 1960, durante a presidência de John F. Kennedy, momento em que se viviam intensas reivindicações democráticas e a questão de sociedade justa e igualitária estava em voga, principalmente, a busca por igualdade entre negros e brancos. Nesse momento, o cenário era de discussão em prol de melhorias para os grupos minoritários, visando um pleno equilíbrio entre os grupos. De acordo com Bergmann,

> Ação afirmativa é planejar e atuar no sentido de promover a representação de certos tipos de pessoas aquelas pertencentes a grupos que têm sido subordinados ou excluídos em determinados empregos ou escolas. É uma companhia de seguros tomando decisões para romper com sua tradição de promover a posições executivas unicamente homens brancos. É a comissão de admissão da Universidade da Califórnia em Berkeley buscando elevar o número de negros nas classes iniciais [...]. Ações Afirmativas podem ser um programa formal e escrito, um plano envolvendo múltiplas partes e com funcionários dele encarregados, ou pode ser a atividade de um empresário que consultou sua consciência e decidiu fazer as coisas de uma maneira diferente (BERGMANN, 1996, p. 7).

Portanto, o objetivo consiste na concretização do princípio constitucional da igualdade e a neutralidade da discriminação, visando a emancipação de grupos subordinados ou excluídos. Ao falar de ação afirmativa não se pode falar apenas de cotas[6], pois as mesmas podem tomar diferentes formas, como, por exemplo, bolsas de estudo ou programas. Contudo,

[6] Cota fixa é outra técnica de implementação das ações afirmativas, onde se reserva, num processo de competição por bens sociais, uma porcentagem das vagas para um determinado grupo social competir somente com membros deste grupo de pertença. Num processo seletivo, portanto, um determinado número de vagas fica garantido antecipadamente para os membros de um determinado grupo social que foi contemplado por esse tipo de ação afirmativa. (SANTOS, 2003, apud SACRAMENTO, 2005, pg. 19).

> A adoção de medidas de ações afirmativas representada, neste caso, pela modalidade de cotas para estudantes negros, para estudantes da escola pública, e pertencentes a outras minorias, proporcionou à sociedade a possibilidade do diálogo sobre a temática da inserção dos negros nos meios acadêmicos, submerso até então, em discussões universalistas (SACRAMENTO, 2005, pg. 52).

Como apontado pela autora, a inserção do tema "cotas" foi primordial para a ampliação e propagação do tema. Nesse sentido, o primeiro passo a ser dado para permitir que ações afirmativas de cunho racial fossem efetivamente implementadas, foi através do confronto com leis segregacionistas que ainda estavam vigentes no país. No âmbito educacional, a adoção de cotas foi crucial para a inserção de grupos minoritários, principalmente os negros. Laan (2011, pg. 4) destaca ainda que a transição da exploração/opressão da mão-de-obra escrava para a exploração do trabalho assalariado não acarretou a supressão da opressão racial. Esta tem sua continuidade no âmbito ideal/ ideológico disseminada pelos mais diversos complexos que compõem o ser social. Por este motivo, ainda era necessário uma postura ativa para que fossem revertidos anos de segregação e opressão aos grupos minoritários e, mais especificamente, aos negros.

A partir de então, medidas reparatórias foram disseminadas para outros países, tomando diferentes formas, mas com o mesmo sentido. Em alguns contextos, ficou conhecida como ações voluntárias, programas governamentais, leis, etc. No Canadá, por exemplo, Boxhill (2005) sinaliza que foi denominada como "Equidade no Emprego"[7], que consiste em promover a igualdade de trabalho para mulheres, deficientes e minorias raciais. A Itália ratificou a Convenção para a Eliminação da Discriminação Racial: os atos nº. 654 de 13 de Outubro de 1975 (denominado "Legge Reale") e nº. 205 de 25 de Junho de 1993 (denominado "Legge Mancino") proíbem e punem crimes de ódio e incitação ao ódio (FABENI, 2005, pg. 15).

[7] A implementação da equidade no emprego é uma exigência legislativa no Canadá desde 1986, visando principalmente o setor privado regulado pelo poder federal – nos setores bancário, de comunicações e de transportes. Em 1995, o Ato ampliou sua abrangência para incluir o Serviço Público do Canadá, as Forças Armadas Canadenses, o Serviço Canadense de Segurança e Inteligência e a Polícia Real Montada Canadense (Boxhill, 2005, pg. 6).

Já no Brasil, em meados da década de 1970, começou a se observar uma movimentação das camadas populares, que passaram a se organizar mais fortemente em sindicatos e movimentos de forma articulada em busca de democracia social, denunciando a falácia de que no Brasil existisse igualdade racial. De acordo com Gohn (1991, pg. 9), os movimentos populares são quantitativamente os mais numerosos e os que têm gerado transformações sociais substantivas, dado o conteúdo de suas demandas. A partir da década de 1980, os movimentos sociais começam a dar visibilidade àqueles que eram tidos como minoria. O estado passa, portanto, a reconhecer as demandas sociais e os direitos coletivos, que até o fim da ditadura militar eram despercebidos, uma vez que não poderiam ser externados.

A criação da Comissão Nacional de Luta Contra a Discriminação Racial da Central Única dos Trabalhadores; do Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial e a criação do Observatório Social demonstram que o tema estava ganhando repercussão, mesmo que timidamente. Estas movimentações, buscavam uma sociedade justa e acessível para os grupos tidos como minoritários[8], visando o desenvolvimento e a implementação de políticas voltadas à inserção social da população negra. Tais organizações assumiram o papel não apenas de fazer oposição ao Estado, mas de participar da elaboração de políticas públicas, contribuindo, assim para ampliar a esfera pública para além da esfera estatal (VALENTIM, 2012, pg. 59). O objetivo consistia na superação do racismo, bem como das desigualdades de cunho social. Pois como bem destaca Leão (2014, pg. 232), a heterogeneidade se manifesta, não apenas nas suas diversas formas de classificação, mas também no modo como conforma a experiência social.

Foram necessárias décadas de luta empreendida pelo Movimento Negro[9] e por seus aliados, e significativas pressões internacionais para que as ações afirmativas

[8] Importante frisar que entendem-se por grupos minoritários os deficientes, mulheres, negros e todos os grupos que devido ao contexto social do Brasil foram subalternizados ao longo da história. Contudo, para efeito de pesquisa, adotaremos como grupo alvo de discussão os negros.

[9] Movimento negro é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Para o movimento negro, a "raça", e, por conseguinte, a identidade racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o

entrassem definitivamente na pauta (VALENTIM, 2012, pg. 60). Mais tarde, nos anos de 1990, o cenário encontrado no Brasil era de intensas alterações, principalmente no que dizia respeito aos setores sociais, momento em que passaram a ser modificados, ou minimamente reestruturados, a fim de promover a aceitação dos direitos das minorias. Como apontado pela autora a seguir, concomitantemente e de forma articulada, diversas ações passaram a ser promovidas, já que

> As reivindicações dos movimentos sociais como o movimento negro, ao brigar por políticas públicas como cotas, não esperam tudo do Estado. Por iniciativa própria, criaram e continuam criando cursinhos preparatórios para o vestibular com o objetivo de possibilitar boa preparação aos excluídos do bom ensino que tentam o vestibular. Há também associações que atuam na profissionalização, alfabetização e em trabalhos de recuperação da auto-estima (SILVA, 2007, pg. 4).

Paulatinamente, a intensificação de cursos pré-vestibular comunitários para negros e carentes, bem como a tentativa de inserir os excluídos à educação foram responsáveis pela preparação de alguns negros para a profissionalização e o encaminhamento educacional, mesmo que ainda restrito. Em seu trabalho, Peregrino (2006, pg. 9) sinaliza o conceito de inclusão precária, a qual é ocasionada pela desigualdade que afeta a população. Neste cenário e visando a diminuição das diferenças, foi aperfeiçoado pelo Ministério da Educação o tema "Pluralidade Cultural" [10] nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), caracterizando uma maior discussão do tema no âmbito do Ensino básico, repercutindo na ampliação do assunto. Houve também a implementação de leis, como a 10.639[11], e políticas de caráter compensatório, que foram sendo vagarosamente conquistadas após décadas de discussões, a fim de

---

movimento negro, a "raça" é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação (Domingues, 2007, pg. 101).

[10] O documento de Pluralidade Cultural trata dessas questões, enfatizando as diversas heranças culturais que convivem na população brasileira, oferecendo informações que contribuam para a formação de novas mentalidades, voltadas para a superação de todas as formas de discriminação e exclusão (BRASIL, 1997, pg. 107).

[11] Todas as escolas públicas e particulares da educação básica devem ensinar aos alunos conteúdos relacionados à história e à cultura afro-brasileiras. Desde o início da vigência da Lei nº 10.639, em 2003, a temática afro-brasileira se tornou obrigatória nos currículos do ensino fundamental e médio (MEC, 2007, pg. 1).

reduzir as desigualdades étnicas raciais no cenário brasileiro, possibilitando uma maior inclusão social da população negra no país. As lutas passaram a ser reconhecidas, também, através de ações do Movimento Negro Unificado, como a Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, realizada em 1995, Brasília, e que tinha o objetivo de apresentar um programa de banimento do racismo e desigualdade. No ano seguinte, 1996, foi criado o I Programa Nacional de Direitos Humanos[12] e o Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra, além do Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Portanto, a implementação de Ações Afirmativas, é discussão recorrente no movimento social negro brasileiro desde décadas anteriores e não um fato recente, oportunista ou "importado", como nos querem fazer acreditar alguns críticos (SACRAMENTO, 2005, pg. 21).

A partir de então, ocorreram mobilizações que culminaram com a participação do Brasil na III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata (Durban, África do Sul), que deixou como saldo um processo que culminaram com os manifestos pró e contra a adoção do sistema de cotas (VITÓRIA, 2004, 2007, apud LEITE, 2011, pg. 5). Outro legado deixado por essa conferência consistiu na discussão acerca de medidas que visem combater o racismo, bem como promover a conscientização da responsabilidade de todos no processo de uma sociedade igualitária, onde houvesse acesso aos diversos espaços de forma justa. Nesse momento, começou a se repensar em formas efetivas de combater o racismo, uma vez que medidas punitivas não estavam sendo suficientes.

Neste contexto, para que o Brasil caminhasse e alcançasse maior discussão e reflexão acerca da situação dos negros em nossa sociedade, o Movimento Negro Unificado desempenhou importante papel. Dentre suas lutas[13] e conquistas, cabe ressaltar as ações afirmativas como ganho reconhecidamente eficaz por diversos segmentos sociais no combate às desigualdades que marcam a população negra no Brasil. Como, por exemplo, a política de cotas, Lei 12711/2012, cujos objetivos são

[12] Buscava ressaltar a importância de políticas públicas para a população negra.

[13] Busca de medidas reparatórias e igualitárias para os grupos minoritários.

combater a discriminação, reparar as desigualdades[14] entre negros e brancos no acesso a determinados setores e espaços sociais, além repensar e interferir na reformulação da educação brasileira tornando-a mais inclusiva e cada vez menos reprodutora dessas mesmas desigualdades. A política de cotas passa a ganhar forma ainda no ano 2000, através das Leis estaduais do Rio de Janeiro, nº 3.524[15] e 3.708[16], que visavam reservar vagas na universidade voltadas aos alunos provenientes das escolas públicas e aos negros. As barreiras ainda existiam, pois

> O presidente Fernando Henrique Cardoso, apesar de inaugurar mudanças nos discursos oficiais brasileiros e nos marcos normativos sobre a questão racial, não apoiava aquelas políticas explicitamente. O presidente Lula, apesar de explicitar verbalmente o apoio a tais políticas e criar a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) no seu primeiro ano de governo, não implementou nenhuma política de ação afirmativa para estudantes negros nas instituições de ensino público superior brasileiras (DOMINGUES, 2014, pg. 40).

Por esta razão, foi preciso muita luta para que a discussão fosse ampliada e, em 2012, promulgada, visando contemplar também as instituições de nível médio técnico. Esses dados comprovam que medidas inclusivas ainda são responsáveis por gerar debate e luta, a fim de dialogar constantemente com governantes e representantes na tentativa de garantir o direito de grupos desfavorecidos.

---

[14] De acordo com Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, para a população negra "o acesso ao mercado de trabalho é pressuposto para enfrentar uma realidade de pobreza e privação a que historicamente foi relegada" (IPEA, 2011, p. 26).

[15] Dispõe sobre os critérios de seleção e admissão de estudantes da rede pública estadual de ensino em universidades públicas estaduais e dá outras providencias (BRASIL, 2000).

[16] Institui cota de até 40% (quarenta por cento) para as populações negra e parda no acesso à Universidade do Estado do Rio de Janeiro e à Universidade Estadual do Norte Fluminense, e dá outras providências (BRASIL, 2001).

1.1 Políticas Positivas de combate à discriminação

É importante salientar que as ações afirmativas são decisões políticas proveniente do Poder Executivo, sendo supervisionada pelo Congresso e Poder Judiciário. No Brasil, Poder Executivo e o Judiciário têm autonomia para redigir leis, porém, cabe ao Congresso Nacional, sua aprovação. Para Lowi, a política pública pode assumir quatro formatos:

> O primeiro é o das políticas distributivas, decisões tomadas pelo governo, que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo. O segundo é o das políticas regulatórias, que são mais visíveis ao público, envolvendo burocracia, políticos e grupos de interesse. O terceiro é o das políticas redistributivas, que atinge maior número de pessoas e impõe perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuro para outros; são, em geral, as políticas sociais universais, o sistema tributário, o sistema previdenciário e são as de mais difícil encaminhamento. O quarto é o das políticas constitutivas, que lidam com procedimentos. Cada uma dessas políticas públicas vai gerar pontos ou grupos de vetos e de apoios diferentes, processando-se, portanto, dentro do sistema político de forma também diferente (LOWI, 1972, apud SOUZA, 2006, pg. 19).

Nesse sentido, a política de cotas, que assume o caráter compensatório, já encontra barreira antes mesmo de ser efetivada, uma vez que pouco se reconhece acerca das desigualdades e injustiças raciais. Como mostra a Constituição, 1988, artigo 5º, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 1988, pg. 4). Apesar do conceito de igualdade ser posta na constituição como direito de todo cidadão independente da raça, essa realidade ainda está longe de ser a ideal. Um exemplo é que, em 2004, 16,7% dos alunos negros estavam nas faculdades; em 2014, eram 45,5%. No caso dos estudantes brancos, em 2004, 47,2% frequentavam o ensino superior; já em

2014, essa parcela passou para 71,4% (IBGE, 2015). Ao analisar, percebe-se que em uma década há um aumento no quantitativo de negros que passaram a ingressar no ensino superior, fato que já representa um ganho considerável. Contudo, a discrepância em relação ao número de negros e brancos nas universidades ainda é alarmante, já que configura quase o dobro do número de negros que ingressam nas mesmas. A política de cotas está vigente no ensino médio técnico desde 2012, nesses quatro anos de lei, espera-se que a frequência de negros nos espaços escolares aumente e, assim, progressivamente, permita aos mesmos chegarem até à graduação com mais incidência. Uma vez que

> O racismo cria barreiras para a população negra. Quando comparamos os dados desse segmento da população com os dados da população branca, mesmo em condições semelhantes de renda ou anos de estudo, é que se vê como são poderosos os efeitos do racismo. Embora as políticas de ação afirmativa tenham ganho, nos últimos anos, enorme destaque em diferentes espaços da sociedade, isso não significa que estamos próximos da solução nem longe de divergências. Diversas formas de enfrentamento do racismo e seus perversos efeitos vêm sendo divulgados, mas nem todos são bem aceitos pela sociedade em geral. Prova disso é a enorme polêmica causada pelo debate sobre a criação de cotas raciais nas universidades públicas (IBASE, 2008, pg. 21).

Tendo em vista a realidade dos negros nos dias atuais que ainda é constituída de racismo e que é responsável por criar lacunas, percebe-se que o acesso à educação em diversos momentos da história não contempla todos os grupos diferentemente do que é estabelecido na Constituição – que aponta a educação como um direito de todos os indivíduos. Ao analisar a forma como as "cotas" eram utilizadas, se percebe que o caráter de propiciar igualdade aos pobres nem sempre foi a prioridade. Tal política surge, pioneiramente, no Brasil com a Lei do Boi, 1968, que visava garantir o acesso de filhos de fazendeiros às universidades. Como sinalizado pelos autores,

> A Lei 5.465/1968, conhecida como 'Lei do Boi', que teoricamente beneficiava filhos de agricultores nos cursos universitários de Ciências Agrárias, na prática, favorecia os filhos de fazendeiros (VASCONCELOS; SILVA, 2005, p.464).

Que pode ser observada através do artigo 1º, que diz:

> Os estabelecimentos de ensino médio agrícola e as escolas superiores de Agricultura e Veterinária, mantidos pela União, reservarão, anualmente, de preferência, de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas a candidatos agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam com suas famílias na zona rural e 30% (trinta por cento) a agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam em cidades ou vilas que não possuam estabelecimentos de ensino médio (BRASIL, 1968, pg. 1).

Como apontado pelo autor e o trecho da lei, o termo "cota" sempre esteve presente na história, contudo, a forma com que era aplicada não visava tornar justa a condição dos discriminados. Após anos de luta do MNU, que foi responsável por diversas ações- como citado anteriormente-, as cotas ganham nova roupagem visando sanar problemas inerentes à sociedade, garantindo por um período a redução dos danos causados às minorias até que sejam sanados. Contudo, o ingresso de estudantes no ensino superior sempre configurou-se como um problema a ser enfrentado, especialmente pelos grupos minoritários de negros e indígenas. Já que a discriminação sofrida pelos negros, no campo da educação superior no Brasil, dificulta e, em certos casos, pode inviabilizar a competição pela obtenção de empregos e posições de poder e reconhecimento social (VALENTIM, 2012, pg. 43). Tendo em vista as desigualdades sociais, políticas, econômicas a que estão submetidos, além das dificuldades de acesso à educação vivenciada por tais grupos, algumas instituições públicas de ensino (UNB, UERJ, UENF[17]) desde 2002, adotaram o sistema de cotas em seus processos seletivos na tentativa de permitir não só a entrada através de critérios mais justos que contemplem esses grupos como também a permanência desses sujeitos até a conclusão dos cursos de graduação.

Assim, a política de cotas surge da necessidade de reparação de um processo discriminatório sofrido por grupos vulneráveis e como um importante instrumento

[17] Universidade de Brasília; Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Universidade Estadual do Norte Fluminense.

conquistado pela nossa sociedade. Sacramento relata esse momento, o qual foi marcado por incertezas e suposições:

> Os grupos beneficiados, negros e estudantes da escola pública, competiram, portanto, entre si e não, como pensam alguns, com o outro grupo, os estudantes não contemplados pelas leis, participantes do vestibular estadual. Aparentemente, esta forma de conceber a medida, atribuindo-lhe o adjetivo injusto, encontra-se respaldada na rejeição à perda do privilégio, uma vez que durante décadas seguidas, o único grupo presente na universidade, era o grupo branco. A medida propôs, portanto, um novo pacto social entre os que sempre usufruíram deste direito, ou seja, as elites e os grupos que foram historicamente discriminados numa nítida redistribuição de bens, direitos e recursos públicos (SACRAMENTO, 2005, pg. 53).

Como sinalizado pela autora, as cotas causavam ainda dúvidas na sociedade e no momento em que passa a entrar em vigor nas universidades, tal lei causa mudanças significativas nesses espaços. Sacramento sinaliza ainda que muitos não compreendiam a forma como a distribuição de vagas ocorreria, o que causou grande rejeição à política. Não obstante, o surgimento da política não significa que foi solucionado o problema de ingresso dos negros à educação, uma vez que as dificuldades estão sendo vividas não apenas no nível superior, como também na educação básica – e aqui, faz-se menção prioritariamente ao ensino médio –, momento em que as tensões raciais apresentam-se de forma mais efetiva e acabam por influenciar no convívio e permanência desses grupos no espaço escolar. Sansone sinaliza que a pobreza tem grande influência na ausência dos negros nesses espaços ao dizer que

> Historicamente, as populações negras do Brasil e da Holanda encontram-se maciçamente representadas nas fileiras dos pobres e, em particular, dos pobres indignos [...]. No Brasil, os negros também estão desproporcionalmente presentes no proletariado. Isso explica por que em todas as suas variantes locais, a cultura negra tem muita coisa em comum com a cultura das classes baixas (SANSONE, 2004, pg. 240).

Por esta razão, há a efetiva necessidade de ações que visem favorecer tais grupos e permitir o acesso à educação de qualidade. Como exposto pela autora, a pobreza ainda impede que negros tenham chances. Por essa razão, a política de cotas, como toda política social também é voltada, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico e pelas condições históricas (CARVALHO, 2010, pg. 14). Contudo, o processo sempre foi longo e árduo, uma vez que sempre foi questionado e banido tanto no aspecto social, quanto no judiciário:

> O PROUNI, assim como as demais leis que estabeleciam cotas nas universidades públicas foram objeto de contestação judicial em várias instâncias. A Ação Direta de Insconstitucionalidade, ADI Nº 3.330, ajuizada em 2004, que questionava o PROUNI, foi julgada e considerada constitucional pelo STF, em 03 de maio de 2012. A ADI 3.197, que questionava a implementação das cotas nas universidades estaduais do Rio de Janeiro, foi julgada em 19 março de 2012, considerada constitucional pelo ministro Celso de Mello, do STF. Decisão similar foi dada a ação do Partido Democratas que questiona a constitucionalidade da política de cotas adotada pela UNB. O relator do STF, Ricardo Lewandowski, manifestou-se pela legalidade, declarando improcedente a ação ajuizada. Após 13 anos de tramitação, o Congresso Nacional aprovou a "Lei das Cotas", sendo sancionada pela Presidenta Dilma Rouseff, em 29 de agosto de 2012 (NIEROTKA; TREVISOL, 2014, pg. 11).

Assim sendo, quando publicada no Diário Oficial da União a Lei de Cotas, sua implementação visava não apenas o ensino superior, como também as escolas federais de cursos técnicos de nível médio. A necessidade de expandir tal lei para o ensino básico surge a partir do momento em que se percebe que uma educação de qualidade deve ser proporcionada para os grupos minoritários desde os anos iniciais. Importante salientar que a educação de qualidade não está restrita apenas às escolas federais, de maneira oposta, a qualidade pode ser encontrada em outras instituições, pois de acordo com a UNESCO,

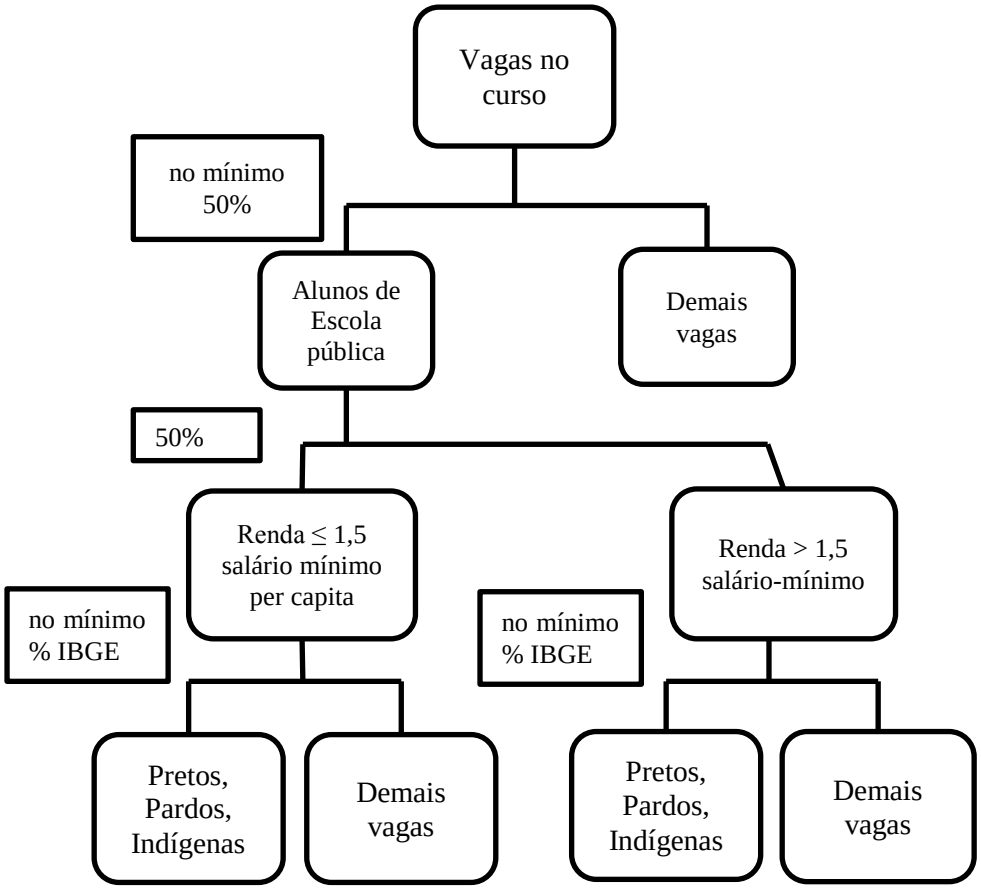
> A qualidade se transformou em um conceito dinâmico que deve se adaptar permanentemente a um mundo que experimenta profundas transformações sociais e econômicas. É cada vez mais importante estimular a capacidade de previsão e de antecipação. Os antigos critérios de qualidade já não são suficientes. Apesar das diferenças de contexto, existem muitos elementos comuns na busca de uma educação de qualidade que deveria capacitar a todos, mulheres e homens, para participarem plenamente da vida comunitária e para serem também cidadãos do mundo (UNESCO, 2001, pg. 1).

Como enfatizado, a qualidade de ensino é um conceito dinâmico que deve acompanhar as necessidade sociais, a fim de contemplar os sujeitos da mesma. Por isso, a importância do aperfeiçoamento da lei para que a mesma possa beneficiar não somente o ensino superior ou as instituições federais de ensino básico, mas também outras esferas da educação, tanto pública, quanto privada.

1.2 A oferta de vagas da Lei 12.711/2012

A referida lei[18] está apresentada em 11 artigos que dispõem sobre a implantação da política de cotas para instituições de ensino superior e instituições federais de ensino que ofertam vagas em cursos técnicos de nível médio, bem como os grupos contemplados. A distribuição das vagas, portanto, ocorre da seguinte forma:

[18] Anexo II



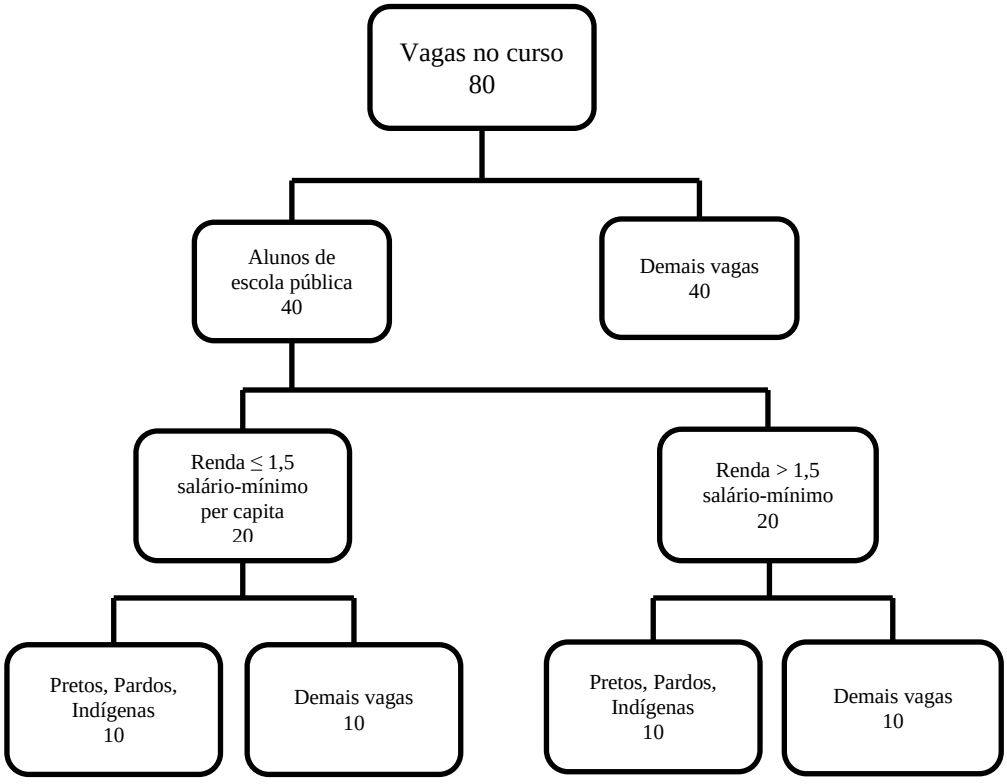
As vagas reservadas às cotas compreendem em 50% do total de vagas da instituição que são subdivididas em metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos, também será levado em conta o percentual mínimo correspondente a soma de pretos, pardos e indígenas no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

Contudo, as opiniões acerca da forma como as vagas de cotas são distribuídas acabam por gerar opiniões, por vezes, divergentes. O Ministro Gilmar Mendes, considerou que o critério racial isolado poderia resultar em situações indesejáveis, como, por exemplo, permitir que negros de boa condição socioeconômica e educacional se beneficiem das cotas (BAYMA, 2012, pg. 338). Não obstante, a estudiosa Bayma ainda em sua pesquisa considera que

> Não há dúvidas de que a falta de preparo adequado pode ser associada às precárias condições econômicas dos negros e à necessidade de estudar em escolas públicas, nas quais o ensino infantil, fundamental e médio, na maioria das vezes, é de qualidade inferior à do ensino privado. Reconhecer esse ciclo vicioso – escolaridade insuficiente ou precária, aliada à falta de preparo para ingressar em uma boa instituição de ensino superior e à ausência de oportunidades para conquistar melhores empregos – é desmitificar que a cor da pele funciona como a única ou a principal causa da exclusão social no Brasil (BAYMA, 2012, pg. 338).

Como apontado pelos estudiosos, a questão socioeconômica de nossa sociedade revela que as camadas populares ainda são constituídas em sua maioria por negros. Nessa mesma vertente, Henriques (2001, pg. 10) constatou, em seus trabalhos, a enorme sobre- representação da pobreza entre os negros brasileiros. E esse excesso de pobreza concentrado entre a comunidade negra mantém-se estável ao longo do tempo.

Como indicado, a opinião acerca da questão racial e social ainda causa repercussão. A questão é ainda mais complexa ao analisar tal realidade na prática. Em um curso que dispõe, por exemplo, de 80 vagas, a divisão ocorreria da seguinte forma:



Na síntese, o número de vagas que contempla o grupo Preto, Pardos e Indígenas, independente da questão social, ainda representa um número irrisório próximo à necessidade e realidade da população negra brasileira. Como exposto, das 80 vagas cedidas, apenas 20 estão destinadas prioritariamente para o recorte racial.

Esses dados são apontados, e aqui se destaca a urgência em alertar para tal realidade, com o objetivo de repensar a forma efetiva como que o tema vem sendo tratado para que haja o aperfeiçoamento de tal, uma vez que é preciso adequar os números à prática.

1.3 A implementação de cotas no CEFET-RJ e o recorte racial

Os índices de pesquisas do CENSO, 2010, 2012, vêm apontando que a população negra está em crescimento ao longo dos anos. Nesse processo, tem se observado que o reconhecimento racial vem ganhando importância para esse grupo. Como destaca Cunha (2009), estamos sempre construindo a identidade num jogo de contrastes, jogo esse no qual a etnicidade[19] é uma forma de protesto eminentemente político, que visa o reconhecimento e a resistência dos sujeitos para que sejam reconhecidos e notados (apud SABOIA, 2014, pg. 5). Através de lutas e conquistas, o povo negro passa a ter seus direitos conquistados e, mais ainda, reconhecidos pela sociedade como um todo. Cunha (2009) reitera ainda a importância da cultura, uma vez que a mesma é constantemente reinventada, recomposta, investida de novos significados numa dinâmica que não tem fim. Ou seja, a valorização da cultura negra tem sido crucial para o reconhecimento racial e, também, no ganho de seus direitos (apud SABOIA, 2014, pg. 5). Nesse processo, o Censo 2010 apontou que os negros já representavam metade da população brasileira, além disso,

[19] No tocante à etnicidade, importa destacar, por ora, que os aspectos ecológicos são alguns dos muitos "fatores" que — conforme requeira a argumentação — "condicionam", "determinam" ou simplesmente "influem" nas opções étnicas dos sujeitos (VILLAR, 2004, pg. 24).

> A Pesquisa das Características Étnico-raciais da População (PCERP), realizada em 2008, de caráter amostral e domiciliar, revela que, para 63,7% dos respondentes, a vida das pessoas é influenciada por sua cor ou raça – constatação mais presente entre as mulheres, os jovens e as pessoas com maior rendimento e escolaridade. A influência racial foi percebida, principalmente, nas dimensões do trabalho, da relação com a Justiça e a polícia, do convívio social e da escola (IPEA, 2012, pg. 2).

Nesse sentido, a questão racial tem passado despercebida, uma vez que tem o caráter de influenciar significantemente nas relações sociais. É inegável, no âmbito da política de cotas, que o recorte racial se torna uma ferramenta fundamental, visto que a adoção de cotas para estudantes de baixa renda da rede pública de ensino é primordial, contudo, não é suficiente para contemplar a raça negra efetivamente.

Leis como a 12.711/2012 justificam-se pela necessidade de trazer para os distintos espaços educacionais a retomada do debate a respeito da quase ausência do negro nas instituições públicas de ensino uma vez que a referida lei prioriza a questão de classe e secundariza o recorte racial em sua redação, conforme exposto na sessão anterior e melhor discutido no âmbito do CEFET-RJ mais à frente. Baseado na recente implantação das cotas no ensino médio integrado ao técnico e a realidade de acesso e permanência enfrentada por jovens Negros e Indígenas, a seguir, utilizamos elementos que contribuem para a reflexão a respeito do processo de criação e ampliação do sistema de cotas para a educação básica tendo como *locus* de observação e pesquisa a unidade Maracanã do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET-RJ.

1.4 Histórico do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET-RJ

Faz-se necessário apresentar um histórico sobre a escola que serviu de espaço para a nossa pesquisa, que também ficou conhecida como Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Brás, voltada para a formação profissional, então com base artesanal

e também assistencialista – formalmente estabelecida para atender aos desfavorecidos da fortuna (BRANDÃO, 2009, pg. 3). No ano de fundação, a educação visava apenas preparar o indivíduo para a reprodução de tarefas, sem grandes chances de ascensão profissional. Em 1918, a escola passa a funcionar no prédio da Rua General Canabarro, n°338. Porém, apesar de inaugurada oficialmente nesta data, suas atividades só foram iniciadas em agosto de 1919, ainda sem o funcionamento das suas oficinas, o que se daria no ano seguinte (BRANDÃO, 2009, pg. 3).

A partir de então, o governo federal acabou por assumir a administração da instituição, tão logo, a mesma passou a fazer parte da rede de Escolas de Aprendizes Artífices. Desde então, a Escola começou a ter exigências com relação à seleção de alunos não dando, por exemplo, preferência aos desfavorecidos economicamente. (BRANDÃO, 2009, pg. 3). Nesse contexto, o ensino passou por uma transformação que visava formar para a indústria e, em certa instância, modificando a proposta de ensino.

Desde que foi transferida para a União, o objetivo passou a preparar operários adequados à indústria, momento em que se configura, mesmo que inicialmente, o ensino técnico industrial. Porém, já em 1937, e com a ruptura que se processava no ensino profissionalizante no país, houve a mudança da escola para "Liceus Industriais", cujo objetivo consistia no ensino profissionalizante industrial. Nesse momento, ocorreu a reformulação tanto material, com a demolição do antigo prédio e a projeção de um novo espaço, até a reformulação do projeto educacional, o qual visava uma educação nacional. Após cinco anos de intensas reformas, em 1942, surge uma nova escola, chamada de 'Escola Técnica Nacional' (ETN), uma escola voltada para o ensino industrial. Que foi concretizada através do Decreto 4.073, de 30 de janeiro de 1942, cujo objetivo consistia em atender trabalhadores e empresários industriais. Quando, finalmente, em 1967, passa a ser conhecida como "Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca". Sendo, anos mais tarde, a nomenclatura alterada para Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, devido à autonomia financeira que ganhava como instituição.

Desde essa mudança, outro momento histórico se deu no século XXI, quando houve a sanção da Lei 12.711/2012 no governo de Dilma Rousseff, que implantou a

obrigatoriedade das cotas nos exames de ingresso para os Institutos Federais de Educação com o objetivo de permitir que o negro, alunos oriundos de escola pública e estudantes com renda abaixo de um salário mínimo e meio também tenham a oportunidade de acessar não só o ensino médio, mas a formação tecnológica e, assim, amplie as suas chances de entrada no mercado de trabalho.

1.5 Política de cotas no Brasil

Através da Portaria Normativa nº 18/2012, do Ministério da Educação, fica estabelecido os conceitos básicos para aplicação da lei, as modalidades das reservas de vagas e as fórmulas para cálculo. O critério de raça é comprovado através da Autodeclaração de Etnia, enquanto que a renda familiar deve ser comprovada através de documentos[20]. Teles destaca essa realidade ao dizer que

> No que atine ao método de constatação da 'raça' do candidato, existe certa discricionariedade e liberdade. O concorrente que afirmar ser negro, pardo ou indígena deve apenas se autodeclarar o que julga ser por meio de uma declaração escrita, como ocorre no censo demográfico do IBGE, em qual os recenseadores indagam cada morador dos municípios de um Estado acerca de qual 'raça' ele acredita pertencer. Já quanto à comprovação da renda familiar, deve-se apresentar documentação comprobatória, sendo tais documentos estipulados e pormenorizados pelo próprio MEC e pelas IFES (TELES, 2015, pg. 10).

A discussão apresentada por Teles ainda causa debate devido à classificação racial no Brasil. E a política de cotas tem dado visibilidade para o tema em decorrência da mobilização tanto favorável, quanto desfavorável que desperta na sociedade. Contudo, aquém da discussão acerca da autodeclaração, há a necessidade em compreender como ocorrem efetivamente o acesso às instituições, ou seja, como os grupos vem sendo efetivamente contemplados. Para essa pesquisa, abordamos como

[20] No CEFET-RJ, os alunos que declararem renda familiar igual ou inferior a um salário mínimo e meio devem trazer documentos que estão no Anexo III.

locus, o CEFET-RJ e a tabela a seguir apresenta a distribuição de vagas de acordo com os respectivos editais:

Curso	**Ampla concorrência Edital 2013/Ingresso em 2014**	**Vagas de Cotas Raciais Edital 2013/Ingresso em 2014**	**Ampla Concorrência Edital 2014/Ingresso em 2015**	**Vagas de Cotas Raciais Edital 2014/Ingresso em 2015**	**Ampla Concorrência Edital 2015/Ingresso em 2016**	**Vagas de Cotas Raciais Edital 2015/Ingresso em 2016**	**Ampla Concorrência Edital 2016/Ingresso em 2017**	**Vagas de Cotas Raciais Edital 2016/Ingresso em 2017**
Edificações	30	8	32	8	32	8	32	8
Estradas	18	5	16	4	16	4	16	4
Meteorologia	15	4	16	4	16	4	16	4
Eletrônica	30	8	32	8	32	8	32	8
Eletrotécnica	30	8	32	8	32	8	32	8
Mecânica	30	8	32	8	32	8	32	8
Segurança do trabalho	15	4	16	4	16	4	16	4
Administração	15	4	16	4	16	4	16	4
Informática	30	8	32	8	32	8	32	8
Telecom.	15	4	16	4	16	4	16	4
Turismo	18	5	16	4	16	4	16	4
Total de vagas	**246**	**66**	**256**	**64**	**256**	**64**	**256**	**64**

Tabela 4
Fonte: http://www.cefet-rj.br/

A partir da tabela acima, cabe problematizar a respeito da efetividade do sistema de cotas na instituição em questão. Tomando por base o processo seletivo de 2014

(edital 2013) e o processo seletivo de 2015 (edital 2014), pode-se observar que a lei de cotas oferece, respectivamente, em cada ano, 66 e 64 vagas, que são divididas entre os cinco grupos contemplados pela mesma, tornando a concorrência para pretos, pardos e indígenas maior se comparada à ampla concorrência.

Observou-se que as vagas para alunos cotistas diminuíram de 21,15% no primeiro ano de implantação das cotas para 20% no segundo ano. É possível verificar, durante essa análise, que ocorreram dois fenômenos importantes que somados resultaram na queda de oferta de vagas. O primeiro fenômeno observado foi que de um ano para o outro houve o decréscimo de 2 vagas para alunos cotistas e, isso, por si só, já refletiria uma redução na porcentagem de vagas oferecidas para alunos Pretos, Pardos e Indígenas. O segundo fenômeno analisado torna a situação ainda mais grave, pois compreendeu-se que de um ano para o outro houve um acréscimo de 10 vagas para ampla concorrência no total de vagas oferecidas pelo CEFET-Maracanã. Essa mesma distribuição de vagas permanece nos editais de 2015 e 2016.

Para realizar a análise de como ocorre a distribuição da política de cotas no CEFET-RJ desde que a Lei 12. 711/2012 foi promulgada, optamos pelos editais de 2013 até o último disponível no momento da pesquisa, 2016. A opção por não incluir nas análises o edital 2012 ocorreu pelo fato de nesse período a instituição oferecer ainda nove cursos. Para fins estatísticos, selecionei a análise comparativa a partir do edital 2013, momento em que a instituição passa a oferecer onze cursos, acrescentando “Estradas” e “Turismo” aos antigos nove cursos já disponibilizados.

Contudo, caso considerássemos o edital de 2012, registro que a situação seria mais alarmante, uma vez que, foi, desde a promulgação da lei, o edital que ofereceu o maior número de vagas para a ampla concorrência: 266, enquanto que para as vagas de cotas se percebe a menor oferta, ou seja, 56 vagas.

É importante ressaltar que as políticas de cotas com seu recorte racial vêm com o intuito de ampliar as oportunidades para alunos Pretos, Pardos e Indígenas e vale destacar que esta política afirmativa está em processo de adaptação e ajustes, com

previsão de ser avaliada e rediscutida em 2022 através de um comitê[21] de acompanhamento instituído pelo governo federal. Além disso, durante estes dez anos de promulgação, as instituições devem aumentar progressivamente o número de vagas destinadas às cotas até que seja alcançado o patamar de 50% do total das vagas ofertadas em cada processo seletivo. Tendo em vista o caráter inovador que marca a implantação das cotas no nível médio/técnico, busca-se ampliar a discussão e trazer para o debate os ganhos decorrentes, ou melhor, verificar se as cotas, no presente momento, estão de fato sendo benéficas para negros no sentido ampliar oportunidades, de "enegrecer" o CEFET-RJ.

Soma-se a essa discussão o fato de que o número de negros na sociedade brasileira vem ganhando espaço ao longo dos anos, principalmente em função da assumpção da identidade negra ao longo das décadas. Influenciando majoritariamente no reconhecimento racial e identitário dos jovens negros. De acordo com o Censo 2010, a população negra passou a ser considerada maioria no Brasil (50,7%), o que demanda cada vez mais, e com maior intensidade, políticas públicas de que se efetivem como promotoras da igualdade racial.

Como vem sendo abordado, as cotas raciais possuem um caráter de inserção dos grupos minoritários e está em processo de implantação e avaliação, cabendo a nós acompanhar e problematizar a sua eficácia no sentido de democratização do acesso de negros ao ensino público de qualidade. Por ora, vale indicar que:

> A adoção de cotas para estudantes de baixa renda da rede pública de ensino é importante, mas não atende diretamente à população negra. Tal medida reforça a ideia equivocada de que não existem mecanismos de exclusão racial nas escolas, sendo esse justamente um dos fatores que mais reproduzem desigualdades entre estudantes negros(as) e brancos(as). Assim, se abríssemos caminhos para a inclusão de pessoas pobres, não estaríamos resolvendo o problema da maioria negra. Mesmo entre pobres, assistiríamos a uma maior inclusão de pessoas brancas (IBASE, 2008, p. 22).

[21] De acordo com o Decreto nº 7.824, Art. 6º ao 9º, fica normatizada tal Comitê de Acompanhamento. Disponível no Anexo IV.

Como sinalizado acima, a mobilidade social ainda é despercebida por grande parte da população negra devido à pele. Medeiros (2004, pg. 94) chama essa realidade como *pigmentocracia,* em que uma tonalidade muito escura acentua a dificuldade de inclusão do negro. Nesse momento, a raça é motivo de segregação, onde a realidade social precária do sujeito não causa tantos danos, como os causados pela cor da pele. Por esta razão, a discussão aqui iniciada, sinaliza a premente necessidade em se respeitar o percentual de negros na população brasileira, que esse percentual se traduza nos editais no sentido de adequar proporcionalmente o número de vagas das cotas raciais disponíveis em cada processo seletivo.

Somada a essas questões, é possível provocar mais uma última questão. Estaria de fato a população negra crescendo ou estariam os negros reconhecendo-se como negros e, portanto, havendo uma valorização da identidade e da cultura negra que esteja traduzida pela pressão necessária ao cumprimento das demandas desses sujeitos de direitos historicamente negados? Como bem destaca o Censo Demográfico 2010, coletado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),

> 47,8% da população declarou-se branca, 50,7% se declarou negra, 0,5% como indígena e 1% como amarela. Ou seja, em relação a sua composição étnico-racial, a maior parte da população brasileira se autodeclara negra e uma parcela crescente se declara indígena (IBGE, 2011).

Em outras palavras, há uma tendência de maior auto-identificação dos jovens negros, onde cerca de 6 em cada 10 jovens brasileiros se declaram negros (AJB, 2013, pg. 4)[22]. Tal realidade sinaliza que a população negra vem ganhando espaço, tanto na esfera política, quanto na social. Isto se dá devido à luta e conquistas de movimentos que estão empenhados em garantir que a realidade do negro mude na sociedade

[22] A pesquisa Agenda Juventude Brasil foi realizada pela Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria Geral da Presidência da República. As entrevistas ocorreram entre os dias 13 de abril e 19 de maio de 2013, em 187 municípios brasileiros, estratificados por localização geográfica (capital e interior, áreas urbanas e rurais e por municípios pequenos, médios e grandes), contemplando as 27 Unidades da Federação. Foram entrevistados 3.300 jovens de 15 a 29 anos (BRASIL, 2013).

contemporânea. Consequentemente, a cultura está sendo reconhecida e, por esta razão, mais negros se reconhecem como grupo racial.

Ressaltamos, ainda, o impacto que tal mudança está causando nas políticas de educação, saúde e trabalho. Onde os espaços estão sendo ampliados e, paulatinamente, ocupados por tais sujeitos. A partir dos dados do IBGE, que sinalizam mais de 50% da população negra, fica evidente que estamos vivenciando um momento de mudança no seio de nossa sociedade, contudo, o caminho para a equiparação das chances de acesso aos diversos setores por parte dos negros está em fase de aperfeiçoamento, pois é sabido que a discriminação ainda é fator de segregação. Tal realidade é presenciada ainda na juventude, quando a permanência na escola e a discriminação racial vivida por negros nos espaços de lazer acabam por trazer impactos aos mesmos. De um ponto de vista prático, a juventude é representada por nuances e paradigmas, por isso a importância de compreender como driblam e superam tais aspectos.

Capítulo 2. Juventude e seus paradigmas

Conceitos e categorias precisam ser tratados e compreendidos em função de um tempo histórico, sendo impossível dissociá-las da temporalidade. Por isso, a importância de adotar autores que visem especificar a categoria em um determinado contexto. A noção de juventude, portanto, é uma construção social e não pode ser definida isoladamente, mas sim em função das diversas relações sociais. A temática da juventude vem adquirindo destaque devido às indagações, discussões e inquietações que está causando, tendo em vista a complexidade existente em defini-la. Com isso, a tentativa de compreender tal categoria surge como necessidade em um mundo contemporâneo, onde o lugar social do jovem passa a ganhar importância, principalmente, em uma sociedade em que esse jovem passa a se manifestar política e culturalmente. Em uma era globalizada, o jovem começa a expor suas demandas e agir, mais efetivamente, nos diversos contextos. Nesse sentido, buscamos perceber as nuances intrínsecas à sociedade no âmbito econômico, político e social. Enne afirma que

> A juventude embora ainda apareça associada a uma faixa etária em algumas leituras, é agora uma forma de ver e ser no mundo, associado a um partilhar dos valores independente da faixa etária [...] muitos em alguma medida querem ser "jovens", tanto física quanto emocionalmente. Isso indica não se preocupar tanto, não ter responsabilidades, se divertir mais, ter um corpo fisicamente bem disposto, não adoecer, nem envelhecer, enfim, saber aproveitar a vida (ENNE, 2014, pg. 135).

Por isso, compreender a juventude consiste em analisar os contextos sociais em que os jovens estão inseridos, onde "ser" tem grande valor na construção dessa categoria. Pais (1993) apresenta em seus estudos duas correntes para ilustrar e problematizar tal categoria: a geracional e a classista. A primeira compreende os jovens em função da faixa etária, logo, os valores e experiências são analisados e função do grupo etário. Já a segunda corrente analisa as nuances dessa categoria em função de seus valores culturais e, mais especificamente, da classe social.

Por estar pautada no fator etário, a corrente geracional não contempla a juventude com a qual trabalhamos. Não buscamos focalizar em uma cultura juvenil que acaba por se diferenciar de outras gerações em função dos valores consolidados. Portanto, sintetizar a juventude a uma mesma faixa etária não condiz com a realidade dos jovens dessa pesquisa. Antagonicamente, a corrente classista contribui para este trabalho, uma vez que desfocaliza a reprodução intergeracional em prol da reprodução de classes sociais.

Para este trabalho, nos pautamos na corrente classista, pois compreende-se que ser jovem consiste em ter diversos pertencimentos e estar em progressiva transição entre os contextos sociais. Pais, na mesma vertente, sinaliza que

> Na verdade, nas representações correntes da juventude, os jovens são tomados como fazendo parte de uma cultura juvenil «unitária». No entanto, a questão central que se coloca à sociologia da juventude é a de explorar não apenas as possíveis ou relativas similaridades entre jovens ou grupos sociais de jovens (em termos de situações, expectativas, aspirações, consumos culturais, por exemplo), mas também —e principalmente— as diferenças sociais que entre eles existem (PAIS, 1990, pg. 2).

Como é sinalizado pelo autor, a juventude possui similaridades e diferenças que tornam a categoria complexa, para isso, analisamos ao longo desse capítulo como os espaços, as interações e os pertencimentos estão construindo e contribuindo para a trajetória dos jovens dessa pesquisa. O interesse em se afastar de uma visão estática acerca dessa categoria é a priori para a construção dessa pesquisa. A juventude acaba sendo, então, uma construção social que é sedimentada no seio da sociedade e intensamente reconstruída.

O interesse em ouvir as falas, perceber as expressões e a forma com que narram as suas trajetórias são aspectos cruciais para a construção desse trabalho. A categoria juventude se faz fundamental para entender que esta categoria é representada e, também, definida por suas práticas, as quais tornam-se relevantes e singulares para esses sujeitos, que, por sua vez, elaboram memórias baseadas nos grupos dos quais fazem

parte. Assim sendo, há elementos que são compartilhados nessa fase da vida[23] e que resignificam o *status* de ser jovem. Consiste também em ter obrigações e em driblar os obstáculos[24] inerentes a esse grupo. Por isso, a importância de estudar a juventude, pois a partir dessa categoria, é possível depreender o futuro da sociedade. Os jovens tratados nessa pesquisa são analisados também pelos diversos papéis que desempenham, ou seja, pelo que são. Os jovens também são filhos, trabalhadores, estudantes e negros.

É nessa perspectiva que construímos a presente pesquisa, buscando compreender como esses jovens lidam com os estudos, o racismo[25], a entrada no mercado de trabalho, bem como os sentimentos de incertezas e decisões que caracterizam a juventude.

2.1 Complexidades de ser jovem: trajetória e negritude.

Compreender a categoria juventude pode se tornar uma tarefa árdua já que é um processo complexo. Como bem destaca Bourdieu (1978), a fronteira entre a juventude e a velhice é um jogo de poder, que compreende oposição de forças em função de um capital simbólico, cultural ou econômico. Em contraposição, deixar de ser criança e ingressar na juventude também se caracteriza por ter novas responsabilidades e funções.

No começo desta década, a juventude já representava 51 milhões de brasileiros, compreendendo a faixa etária entre 15 a 29 anos, totalizando cerca de 26% da população (IBGE, 2010). De acordo com a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013[26]**,** são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e

[23] Aqui nos referimos aos problemas sociais e, no âmbito dessa pesquisa, ao problema do racismo que ainda está embutido no seio de nossa sociedade. É claro que os problemas não desaparecerão quando superado esse período, contudo, essa questão parece ser mais delicada, uma vez que é preciso aprender a lidar com todas as nuances inerentes à juventude.

[24] Entrada no mercado de trabalho, formação profissional, dentre outros.

[25] As pessoas mais jovens e as de maior instrução, independentemente da cor, tendem mais a denunciar a existência do racismo no Brasil e a poder mencionar pelo menos um exemplo concreto de racismo (SANSONE, 2004, pg. 84).

[26] Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE (BRASIL, 2013).

nove) anos de idade. De forma geral, compreendemos a juventude como a fase da vida em que se despede da infância para ingressar na adulta, a qual é caracterizada pelo desenvolvimento cultural, sociológico, psicológico, etc. Pais aponta que

> Em suma, a noção de juventude somente adquiriu uma certa consistência social a partir do momento em que, entre a infância e a idade adulta, se começou a verificar o prolongamento —com os consequentes «problemas sociais» daí derivados— dos tempos de passagem que hoje em dia mais caracterizam a juventude, quando aparece referida a uma fase de vida (PAIS, 1990, pg. 10).

A partir do momento em que se começa a dar ênfase para as nuances existentes na juventude é que a mesma passa a ser compreendida por diversos segmentos como categoria. Essas nuances que são responsáveis por contribuir para as análises necessárias para o estudo das trajetórias desses indivíduos e incluí-los em um novo grupo. É importante frisar que a juventude, tal como é conhecida hoje, é fruto de processos históricos e, principalmente, sociais. Um marco significativo nesse processo se dá por volta do século XVII com a introdução da escola como meio de educação, visto que

> A escola é espaço-tempo de socialização que representa novidade em relação à socialização que ocorre na família; é lugar de vivência de novas experiências, de construção de novas amizades, de convivência com o outro, muitas vezes lugar de convívio com a diversidade e a diferença. Na escola, crianças e jovens se relacionam com seus pares de idade e com adultos de diferentes idades, especialmente os professores (BRENNER, 2014, pg. 44).

Como sinalizado pela pesquisadora, a escola passa a ganhar caráter fundamental na socialização dos indivíduos, por esta razão, os seus impactos podem ter reflexos em longo prazo na vida de cada um. No caso da juventude negra, Bentes (2007, pg. 40) sinaliza através da experiência pessoal que os impactos podem ser ainda mais invasivos, quando diz que na escola é onde se aprende pela primeira vez que existe discriminação, que existe a questão do negro. A escola, portanto, acaba sendo compreendida como um

espaço fundamental, uma vez que demarca a juventude, devido às transformações físicas, psíquicas e, inclusive, sociais, que causam.

> No Brasil, embora seja considerada jovem a pessoa entre 12 e 29 anos de idade, essa classificação etária ajuda somente como um parâmetro social para o reconhecimento político da fase juvenil, constituindo-se em referência essencial e genérica para a formulação de políticas públicas. Como bem argumenta a Política Nacional de Juventude, numa compreensão mais ampla, ser jovem no Brasil atual é estar imerso- por opção ou por origem- em uma multiplicidade de identidades, posições e vivências. Daí a importância do reconhecimento da existência de diversas juventudes no país, compondo um complexo mosaico de experiências que necessitam ser valorizadas em termos de se promoverem os direitos dos jovens moças e rapazes, em suas particularidades (COSTA, 2009, pg. 52).

Os jovens acabam por serem protagonistas ativos nessas experiências, onde são responsáveis por repensarem e criarem as suas trajetórias. Consequentemente, surgem os questionamentos embutidos no "ser jovem" que podem ser detectados na trajetória desses indivíduos. As questões raciais, espaciais e sociais não podem ser deixadas de lado, pois estão diretamente ligadas à construção identitária dos jovens. Nesse contexto, problemas reais, identificados principalmente na área da saúde, da segurança pública, do trabalho e do emprego, dão a materialidade imediata para se pensar as políticas de juventude sob a égide dos problemas sociais a serem combatidos (SPOSITO, 2003, pg. 31). Com relação aos problemas sociais que envolvem discriminação racial, Valentim (2012, pg. 35) relata que, no Brasil, os negros ocupam uma posição de subalternidade social. Patente é a persistência das desigualdades sociais, dentre elas as educacionais, entre brancos e negros, em prejuízo dos negros ao longo das gerações. Nessa perspectiva, negros ainda estão em desvantagens sociais, que acabam por causar danos em diferentes esferas- educação, trabalho, saúde. Por esta razão, trabalhamos com o recorte racial, mais especificamente, a preocupação e contribuição dessa pesquisa está presente na análise da trajetória de jovens negros, pois é de conhecimento geral que ser jovem tem as suas dificuldades, mas ser jovem negro não é o mesmo que ser um jovem branco.

2.1.1 “Eu me sentia fora do aquário...”

Falar de jovens negros requer uma atenção especial para a questão racial, visto que a sociedade brasileira sempre negou insistentemente a existência do racismo e do preconceito racial e os negros ainda são discriminados e vivem uma situação de profunda desigualdade racial quando comparados com outros segmentos étnico-raciais do país (GOMES, 2012, pg. 15). Por esta razão, os jovens que participaram dessa pesquisa foram selecionados pelo fato de se autodeclarem negros e houve a preocupação em compreender como isso influenciou na trajetória dos mesmos, pois falar de juventude negra significa também falar de aspectos inerentes à cor da pele bem como de todas as situações sociais decorrentes do ser negro.

O título desse subitem representa a fala de Gabriel, um dos cinco jovens cotistas que aceitaram participar das entrevistas. Consideramos pertinente tal fala, pois ilustra uma das dificuldades existentes em ser negro em um ambiente que antes da política de cotas se caracterizava como um espaço predominantemente de brancos. O CEFET-RJ, à priori, Escola Normal de Artes e Ofícios, não era destinado à classe média, uma vez que visava preparar indivíduos das camadas populares para exercer a função de artesãos. Esse cenário do início do século XX é descontruído e alterado ao longo dos anos até chegar aos dias atuais, quando a instituição ganha uma nova roupagem, assumindo autonomia administrativa.

Desde que ganhou novos objetivos, a escola começa a ser frequentada, em sua maioria, por jovens de classe média. Recentemente, a instituição passa por uma nova mudança, a qual compreendeu na adoção de cotas nos processos seletivos. Esse processo acaba por permitir que jovens de outras camadas populares ingressem na instituição. Por esta razão, o espaço passa a ser ocupado, também, por negros. Observemos quando um dos entrevistados é questionado sobre os primeiros momentos na instituição:

> [...] os professores perceberam logo que o perfil do aluno do CEFET-RJ tinha mudado... e eles...alguns professores hoje relatam que eles ficaram...até receosos né... disso, né, porque era novo, né... então, a

> gente era experi... experiência pra eles, né... era um conhecimento que eles obtiveram através da experiência e a gente também teve conhecimento empírico através dessa situação... Em relação aos cotistas, é... a gente foi bem tratado sim pelos professores... porque eles falavam que os cotistas eram os alunos que mais estudavam, eram os alunos que sentavam na frente, eles tinham aquelas propostas motivadoras, né... que quando você está no primeiro ano acho que é crucial, né... [inaudível] porque tinha aquela coisa, né...aquele que... os alunos que passaram efetivamente no concurso e aqueles alunos que foram auxiliados pelo estado pra adentrar na instituição.
>
> [...] eu me senti incomodado em algumas aulas, porque era tratado o assunto de cotas, né...abordado, né...porque é necessário, né... ser abordado... mas eu me sentia...é...sei lá... fora do aquário (*risos)*, porque era as...as...as.. discussões se mantiam muito na relação das cotas para a universidade, né... e não refletiam as cotas para o ensino médio, né... que....ou seja, eu ficava meio assim... entende? (GABRIEL, 18 anos).

Gabriel ingressou na instituição através da política de cotas raciais, contudo, muitos alunos não cotistas não enxergavam a importância da política nas instituições federais de nível médio. Isso retrata que a trajetória da juventude negra é permeada por um conjunto de complexidades que estão diretamente ligadas à cor da pele e acabam por marcar a trajetória desses jovens. Os "incômodos" vividos por jovens como Gabriel representam uma constante na sociedade atual já que muitos desses ainda encontram barreiras no âmbito racial. Valentim (2012, pg. 92) em sua pesquisa também percebeu essa realidade, quando diz que os jovens não foram bem recebidos. Ao contrário, a sua chegada ao convívio universitário, como alunos "despreparados", foi considerada uma temeridade, uma ameaça à qualidade acadêmica. Como percebido, em diversas instituições, as cotas trouxeram incertezas e questionamento, o que acabou por gerar nos jovens momentos de incômodo, como destaca Gabriel.

Além de lidar com essas discriminações raciais e necessitar lidar com esses fatores no momento em que a identidade está sendo formada mediante diversas informações, espaços e interações, os jovens ainda estão em um momento crucial: a conclusão da educação básica e a busca pelo primeiro emprego, quando não a necessidade de driblar o cansaço de uma jornada de estudo juntamente à rotina de trabalho. A partir dessas considerações,

> Os jovens que, hoje, encontram-se nas escolas de ensino médio, em especial aqueles que foram incorporados a esta mais recentemente, são jovens que dividem seu tempo entre a escola e o trabalho [...] no Brasil, temos uma história de socialização dos jovens pobres, fundamentalmente pelo trabalho, e que passa a incorporar a convivência prolongada para com a escola a partir de sua expansão nos últimos anos, (PEREGRINO, 2014, pg. 269).

Estudos como o de Peregrino dialogam com o de Leão (2014, pg. 237), que sinalizam o trabalho como necessidade, fonte de independência ou possibilidade de crescimento. Por esta razão, essa nova relação do espaço escolar com o trabalho acaba por influenciar na vida dos jovens. Durante a rotina diária que é dividida entre a escola e o trabalho, os jovens sinalizam o esforço necessário para conciliar todas as atividades com êxito. Daniela relata como se deu esse processo:

> Então, assim é um trânsito incomum daqui pra lá e tem que acordar bem cedo pra estar aqui 7h00. Esse ano nem tanto, porque deu uma folga pelo fato de ser o quarto ano diminuiu, mas nos últimos três anos... assim...ter que acordar todo dia 4h00 da manhã...aí quando eu fazia estágio, chegava tarde em casa, porque encontrava trânsito na ida também. Foi muito difícil, aí você tinha que conciliar tudo isso mais tirar notas boas, porque senão você repetiria. Apesar de ser seis aqui, é um seis suado que você faz. Então, foi muito difícil e a minha família me ajudou muito, porque a minha família nunca teve as melhores condições do mundo, mas tudo que eles podiam fazer por mim, eles faziam Então, a minha família me deu muita força pra continuar, arrumar um bom emprego depois desse ano que acabar né. (Daniela, 18 anos).

Daniela apontou a sua realidade, que é a mesma relatada pelos outros jovens. Foi preciso acordar cedo, enfrentar o caminho longo até o trabalho, a escola e conciliar tudo que era necessário para a sobrevivência. Nesse caso, o trabalho está presente em toda a rotina semanal, dividindo espaço com o estudo e o tempo de lazer. Para os que estão inseridos no mercado de trabalho, são vistos como referência simbólica. Entretanto, os que não são contemplados pelas vagas acabam por se distanciarem das expectativas da

sociedade. Leão (2014, pg. 237) registra, ainda, que contrariando algumas leituras que indicavam a perda da importância do trabalho na vida dos jovens, os estudos sobre a relação juventude e trabalho mostram como o trabalho continua sendo uma dimensão central na experiência juvenil. A dificuldade de projetar o futuro acaba por acarretar ao vazio existencial tendo em vista o caráter individual e competitivo que a nossa sociedade vem adquirindo, principalmente, ao examinar

> A evolução recente do mercado de trabalho. No Brasil, os pobres têm pouquíssimas opções. Na ausência de um Estado de bem- estar, desenvolveu-se um exército de trabalhadores pobres. O mercado de trabalho regular- cuja regularidade frequentemente o levaria a ser considerado "informal" pelos padrões norte-europeus- jamais conseguiu abarcar mais de 50% do total da força de trabalho (SANSONE, 2004, PG. 47).

Nesse sentido, a imensa instabilidade vivenciada na busca pelo emprego tem grande impacto na trajetória dos jovens. Por isto, a influência da família é notavelmente importante, como foi possível observar no relato de Daniela, sendo fundamental para que desse continuidade aos estudos. Como bem salienta Ternoski, ao observar a relação entre raça e emprego:

> Os trabalhadores negros vêm conseguindo se inserir cada vez mais no mercado de trabalho, porém, ainda são discriminados, ao passo que os percentuais de negros desempregados é maior que dos brancos. Do total de negros que estão inseridos no mercado de trabalho, boa parte estão inseridos no mercado informal (sem segurança de registro em carteira), ou como autônomos em serviços como de pedreiro, carpinteiro e faxineiras no caso das mulheres. Apesar das melhorias, os negros continuam sendo discriminados no mercado de trabalho sendo a maioria entre os desempregados, sendo assim confirma-se a hipótese (TERNOSKI, 2015, pg. 5).

Como exposto, essa realidade vivida desde cedo por esses jovens, começa a se configurar desde a escola, quando o acesso e permanência no ensino básico são obstáculos encontrados por negros que não encontram um ambiente escolar fluído e, por

fim, a busca pelo emprego se torna um desafio. Conversando com Daniela sobre o seu tempo no CEFET-RJ enquanto aluna, é possível perceber esses obstáculos que, às vezes, são encontrados no caminho quando a raça é motivo para interromper a caminhada:

> *E alguém te ajudou nesse processo? Alguém estudava com você? Ou você estudava sozinha?*
>
> A minha turma era...ela é bem unida em relação ao estudo... alguns alunos não conseguiram e reprovaram, mas de uma forma geral a gente sempre pegou pra estar junto mesmo que não fosse a sala toda, mas um grupo de cinco colegas pegava para estudar. Eu não sei alguma coisa, você me passa... sabe? Essa ajuda e a monitoria também me ajudou muito.

Nessa fala, Daniela aponta a importância que o grupo, o pertencimento a uma tribo desempenhou no processo de dividirem o tempo de estudo, o que foi crucial para dar prosseguimento à escolarização. Cândido (1978, pg. 56) destaca que a escola, entendida como grupo social, é ambiente dinâmico e complexo em que grupos de estudantes se formam a partir de fatores como idade, sexo, status, interesses, etc. Os grupos eram formados espontaneamente devido às opiniões em comum que compartilhavam. Nesse sentido, a situação é responsável por propiciar os contatos. Além disso, o pertencimento a um grupo é responsável por ajudar na continuidade e permitir que não desistam no meio do caminho. Como aconteceu com uma colega de Daniela:

> *E esses alunos que você falou que não conseguiram? Eles não conseguiram por quê?*
>
> Eu não sei te dizer, porque alguns, você via que a pessoa tinha o seu potencial, mas desanimaram no meio do caminho. Teve uma até que saiu da escola, porque ele pensou "poxa, vou ficar aqui cinco anos... já teria que ficar quatro, vou ficar aqui cinco anos fazendo o ensino médio?"

Como registrado, Daniela percebeu que alguns não tiveram ânimo para continuar a trajetória, talvez pela falta de estímulo. Contudo, outros foram forçados a parar. Essa situação se observa ainda na fala da jovem:

> Uma das minhas amigas que andava comigo [...]. Essa menina que andava comigo... ela repetiu de ano e foi muito difícil... triste. Porque você ver um colega de turma repetir é triste, mas não é tão triste quanto você ver uma amiga, sabe? Aí foi bem difícil. Na época, ela repetiu por causa de uma matéria, geografia. Assim, tinha uma certa implicância da professora e se percebia, sabe? Tanto que a professora depois, só entre elas, ficou com certo deboche. Essa professora não quis passar ela de jeito nenhum. Em todas as matérias ela tinha passado, só em geografia que ela não tinha passado e assim ela tinha ficado com cinco e que precisava de seis. Só que a professora não quis passar ela.
>
> *Mas porque você acha que a professora tinha implicância com ela?*
>
> Eu não posso julgar sabe, porque eu não conheço... o que ela pensa, sabe. Mas essa minha colega, ela era uma das mais escuras da sala. Essa professora era meio antipática, sabe? Talvez eu não possa afirmar... eu não posso afirmar, mas talvez seja por isso, porque assim ela não era uma aluna bagunceira, que ficava arrumando confusão, que desrespeitava, sabe? Então, foi uma coisa que até hoje a gente fica sabe... "Como A. conseguiu repetir?".... "Como foi isso?" Porque os professores nunca se queixaram dela.
>
> *Ela era uma boa aluna, então?*
>
> Ela era uma boa aluna! A gente não entende... tanto que no ano seguinte, ela conseguiu isenção de todas as matérias, porque ela tinha passado em todas as matérias. Ela só ficou vindo pra escola mesmo pra geografia, pra conseguir passar em geografia.

É viável elucidar que a escola passava por um momento de receber a primeira turma com alunos não cotistas e cotistas. Nesse período, os jovens relatam que viveram situações delicadas, uma vez que a comunidade escolar passava por um processo de adaptação. Gabriel aponta os debates em sala de aula, que causavam desconforto e Daniela diz perceber um tratamento diferenciado por parte de alguns professores com a amiga negra. Os obstáculos, portanto, acabam por se materializar e causar danos

efetivos e concretos acarretando consequências futuras que já podem ser reconhecidas na trajetória quando esses jovens buscam o ensino ou uma vaga de emprego.

Esses alunos já percebem ainda no ensino básico que para ingressar no mercado é fundamental ter qualificação e boa formação, fatores que permitirão acesso às melhores ocupações. Sofia reconhece na sua fala que "se não fosse o CEFET-RJ, ia acabar sendo vendedora de loja...". Sansone (2004, pg. 55) sinaliza que a nova geração mostrou-se menos satisfeita com seu padrão de vida e desanimada com as oportunidades restritas no mercado de trabalho. Mais especificamente, Takeuti (2014, pg. 296) discute essa realidade vivida por muitos jovens quando diz que por trás disso, está colocada a ideia exclusiva de obtenção de uma padrão de vida melhor. Não se trata de descartar esse plano, pois, estamos todos numa sociedade que se move na lógica do trabalho e consumo. Sabendo que a realidade de grande parte da juventude negra é cercada de discriminação racial, o que a torna um fato perverso (MEDEIROS, 2004, pg. 83). Sofia e todos os outros entrevistados apontam a continuidade dos estudos como preponderante para a conquista de bens, ascensão profissional e social:

> *E agora você pretende fazer ENEM ou começar a trabalhar? Quais são seus planos?*
>
> Vou fazer ENEM, vou tentar entrar pra uma federal. Se eu não conseguir, eu vou tentar de novo no próximo ano. Porque já passei pelo CEFET-RJ, então a chance de entrar em outra só aumenta *(risos).*

Nesse contexto, o curso de administração que está sendo concluído representa a oportunidade que Sofia tem de continuar os estudos, já que pretende dar continuidade aos mesmos desde que percebeu que consequentemente as suas chances de ingressar no mercado de trabalho pode ser diferente da vivenciada por muitos negros.

Apesar de Sofia demonstrar o interesse na continuidade dos estudos, a realidade de muitos jovens negros não é a mesma, uma vez que precisam se dedicar também ao mundo trabalhista. De acordo com Leão (2014, pg. 236) a combinação entre trabalho e

estudos se faz com altas taxas de entrada e saída em ambas as esferas, com uma tendência maior de que os jovens abandonem de vez a escola a partir dos 18 anos, visto a necessidade de ingressar no mercado de trabalho, a dificuldade de ingressar no ensino superior ou dar continuidade aos estudos. É sabido que a escola não garante um lugar no mercado de trabalho e que esse não está apto a absorver toda a mão de obra técnica que é formada anualmente pelas escolas técnicas do Brasil, no entanto, a escolarização é a ferramenta que os jovens entrevistados utilizam para obter maiores chances no futuro. Uma vez que nessa fase da vida, abrem-se as possibilidades de uma série de experimentações sociais, afetivas, sexuais, de trabalho, etc., quando se torna importante para os indivíduos o ato de fazer suas escolhas em relação ao futuro (LEÃO, 2014, pg. 232).

Nessa realidade de estudos, estágios, busca pela vaga na universidade e pelo emprego que não pague valores irrisórios, tais jovens acabam se distanciando do lazer e grande parte das horas do dia acaba sendo destinada aos estudos. Ariel relata essa situação quando perguntada sobre a rotina escolar:

> *Quando as aulas acabam, você costuma ir embora ou você fica aqui no CEFET-*RJ*?*
>
> Principalmente nesse ano, acabou, vou pra casa. Mas no primeiro, no segundo e no terceiro não... a gente tinha um grupo de estudos como eu falei... a gente tinha um aulão...mas nós seis ficávamos no colégio pra fazer uma lista de exercício. Falava assim: "não entendi aquela aula daquela professora, vamos ficar um tempinho? Tirar uma horinha do nosso tempo e ficar aqui pra gente discutir e tal... fazer exercício, alguma coisa". Principalmente do primeiro ao terceiro ano a gente ficava além do turno aqui no colégio estudando. Às vezes ficava conversando, batendo bola... quando a gente ia sair, saia cedo... enfim, mas, principalmente, era pra estudar, porque a gente sair daqui, chegar em casa, descansar um pouquinho pra dormir, pra depois chegar aqui. Entendeu... era puxado. A gente preferia ficar aqui do que chegar em casa cansada. Então, a gente preferia ficar aqui estudando, e tirava o nosso tempo pra isso.

O engajamento com o futuro, as incertezas que permeiam os estudos e suas trajetórias exigem dedicação e para isso é necessário abrir mão do tempo livre ou até mesmo das horas de sono. A sociedade atual em que estamos inseridos vem demonstrando gradativamente uma mudança em relação ao tempo, o qual vem se demonstrando cada vez mais fluído e inconsistente, sendo difícil precisar passado, presente e futuro (TEJADAS, 2008, pg. 75). Malatian relata que

> A relação entre tempo passado e tempo presente, realizada mediante as atitudes de comparar, analisar e relacionar, contribui para que as pessoas se percebam como membros de uma sociedade, sujeitos da história e responsáveis pela construção do futuro. É por meio do estabelecimento dessas relações, a partir das experiências cotidianas, que as pessoas podem aprofundar a compreensão da dimensão histórica do viver em sociedade e verificar a existência de múltiplas dimensões temporais (MALATIAN, 2012, pg. 2).

Nesse cenário, socializar os mesmos espaços e dividir vivências permite aos sujeitos compreender o que é viver socialmente, visto que os jovens que compartilham das mesmas dificuldades, sonhos e momentos, acabam por aprender juntos, mesmo que através do compartilhamento das experiências, como foi o caso da amiga reprovada de Daniela. Com essas experiências, esses jovens que fazem parte da mesma turma, ingressantes no mesmo ano, vão construindo as suas identidades. Rafaela, durante a entrevista diz:

> *O que foi fundamental na sua trajetória escolar para você chegar até esse último ano? Quais foram as ferramentas que você usou? O que foi importante? Algumas pessoas ou alguma forma de estudar?*
>
> Olha, eu acho que as pessoas. Eu acho que o CEFET-RJ, como eu falei antes, tinha professores que ajudavam e eu acho que foi importante ter... com tanto que não eram todos... Mas tinham aqueles professores que davam pra ver que estavam interessados e que acreditavam que a gente poderia melhorar, apesar da gente não ter um passado escolar tão bom, mas a gente poderia melhorar. Isso ajudou bastante.

Nesse caso, a turma unida, os encontros e as trocas de conhecimento foram fundamentais para a trajetória não apenas de Rafaela, mas também dos outros quatro jovens que são protagonistas nessa pesquisa e que destacaram ser a união daquele grupo o fator responsável pelo sucesso escolar. De acordo com Brenner (2014, pg. 46) essas influências de professores e também de acontecimentos específicos, relacionados com demandas pessoais, como motivadoras do envolvimento crescente com mobilizações levaram à introjeção de valores e culturas. A juventude busca encontrar sentido através da participação em grupos com os quais se identifiquem a fim de se afirmarem e buscarem reconhecimento. Segundo Pais (1993, pg. 94), os amigos do grupo "constituem o espelho de sua própria identidade, um meio através do qual fixam similitudes e diferenças em relação aos outros".

2.2 A juventude como o ponto crucial

A juventude pode ser considerada como um das mais importantes se pensarmos na fase da vida. Dayrell (2007, pg. 26) sinaliza que a categoria pode ser vista como uma ponta de iceberg, no qual os diferentes modos de ser jovem expressam mutações significativas nas formas como a sociedade "produz" os indivíduos. Além disso, é o momento em que ocorrem as mudanças, inclusive, as transformações que acabam por alterar os rumos das novas gerações. Nesse momento, as memórias, experiências e interações estão afloradas e acabam por direcionar e, muitas das vezes, configurar a vida adulta. Pela importância que essa categoria possui, trabalhamos com jovens já que essa geração é variável tendo em vista a temporalidade e os contextos sociais. Falar dessa categoria é compreender as negociações existentes nas relações cotidianas onde ocorre a construção do indivíduo social sendo responsável por configurar a subjetividade de cada um e que será marcada até os ciclos posteriores.

Ser jovem é construir essa memória e identidade juntamente com as inseguranças, lutas, fracassos, disputas. Ao longo desse capítulo é apontado o desejo da continuidade dos estudos, a luta diária para conciliar trabalho e provas, a distância e horas gastas no percurso para a escola. As experiências negativas foram também

responsáveis por construir a identidade e permitir que esses jovens lutassem para permanecer e concluir suas jornadas, já que a memória coletiva serve de impulso para as individuais.

Torna-se fundamental abordar ainda a cultura negra, a qual é construída em contextos específicos. Compreendemos que a mesma é uma construção que se dá gradativamente. Nessa ótica, os lugares frequentados pelos jovens contribuem para a construção das suas identidades, a partir do momento em que a identidade é influenciada a partir das redes de interação. Em determinados espaços, e aqui nos referimos à escola, as tensões são mais pertinentes e acarretam grandes consequências. No próximo capítulo, tais tensões, como por exemplo, a estigmatização, a discriminação, as dificuldades encontradas na adaptação, serão contempladas de forma detalhada.

Capítulo 3. A trajetória dos alunos cotistas no CEFET-RJ

As trajetórias seriam o resultado construído de um sistema dos traços pertinentes de uma biografia individual ou de um grupo de biografias (Bourdieu, 1998, pg. 39). Através dos estudos dos processos históricos e sociais, buscamos perceber como se dá a trajetória da juventude. A partir de uma escuta sensível, pudemos perceber ao longo das entrevistas com os alunos cotistas a riqueza de experiências e lembranças que auxiliaram a repensar a prática escolar desses alunos que optaram pela política de cotas durante o processo seletivo. Durante as falas dos sujeitos, foi identificado que essa política foi o divisor na vida desses indivíduos, os quais tiveram suas trajetórias mudadas. É importante sinalizar que toda trajetória social deve ser compreendida como uma maneira singular de percorrer o espaço social, onde se exprimem as disposições do *habitus*[27] e reconstitui a série das posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou por um mesmo grupo de agentes em espaços sucessivos (Bourdieu, 1996, pg. 68). A importância de ouvir e propagar histórias como essas tem a sua importância e como diz Camus:

> A luta pela sobrevivência de indivíduos anônimos, que não recuam diante de dificuldades e que protagonizam experiências, sentimentos e sensações muitas vezes marcados pela austeridade e sobriedade [...] Uma sociedade que pretende se tornar multicultural precisa contar e ouvir também estas histórias (CAMUS, 1994, pg. 46).

Camus alerta sobre a necessidade de luta para superar as dificuldades, contudo, para que os negros passem a protagonizar experiências é preciso não recuar diante das dificuldades. Visto que ainda são poucos os negros que circulam nos espaços acadêmicos, mesmo os concluintes são identificados como cotistas após a aprovação do

[27] Trata-se de um conceito que, embora seja visto como um sistema engendrado no passado e orientando para uma ação no presente, ainda é um sistema em constante reformulação. Habitus não é destino. Habitus é uma noção que me auxilia a pensar as características de uma identidade social, de uma experiência biográfica, um sistema de orientação ora consciente ora inconsciente. Habitus como uma matriz cultural que predispõe os indivíduos a fazerem suas escolhas. Embora controvertida, creio que a teoria do habitus me habilita a pensar o processo de constituição das identidades sociais no mundo contemporâneo (SETTON, 2002, pg. 4).

sistema de reserva de vaga, como uma "rotulação" negativa. Como destaca Valentim, ser cotista é uma característica algumas vezes considerada um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem - e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real (GOFFMAN, 2008, apud VALENTIM, 2012, pg. 32). Assumir-se como negro exige algo mais- por exemplo, ser jovem e/ou mais instruído – e resulta de um processo complexo de autodescoberta e reconhecimento (SANSONE, 2004, pg. 74).

Durante o processo de entrevistas, percebemos que os alunos encontraram obstáculos, mas também as mudanças que sofreram durante o tempo que passaram no CEFET-RJ permitiram que os mesmos conseguissem traçar seus caminhos.

3.1 Aspectos das trajetórias dos jovens.

Durante o processo de entrevistas, todos os alunos destacaram que durante as suas trajetórias no CEFET-RJ encontraram alguns obstáculos. O primeiro se deu logo na chegada à escola, principalmente, porque foi uma das primeiras turmas a ingressar pela política de cotas. Quando perguntada sobre o primeiro contato com os professores, Rafaela responde que percebeu que nem todos os professores estavam disponíveis para ajudar a turma, já que a maioria dos alunos não era oriunda de escola particular como nos anos anteriores. Valentim retrata em seu trabalho essa realidade ao dizer que "as ações afirmativas, trouxeram àquele ambiente uma sensação de "estranhamento", de "quebra" de unidade, que representava a "homogeneidade" com a qual os professores estavam acostumados a trabalhar. Essa "quebra" gerou "desconforto" aos professores, que se viram obrigados a lecionar numa nova realidade que sequer foram consultados a gerar" (2012, pg. 38). Tal realidade, que é retratada pela jovem e também pela pesquisadora, indica a ruptura que a Lei de Cotas causou nos diversos espaços escolares/acadêmicos, uma vez que muitos profissionais estavam despreparados para lidar com a nova demanda. Goffman (2008, pg. 14) expõe o conceito de estigma e introduz, a partir de seus estudos, a nomenclatura *desacreditável*, que naquela pesquisa representa a forma como os cotistas eram vistos por alguns. É possível afirmar que as

relações foram positivas com os professores, mas em alguns comentários os entrevistados apontam momentos em que a comunidade escolar não estava preparada para a mudança. Ariel destaca ainda que sentiu dificuldade quando ingressou no primeiro ano devido ao nível que era "pedido" pelos professores com relação ao conteúdo.

Essa realidade pode ser percebida constantemente nas falas de nossos entrevistados, quando argumentam que cursaram o Ensino Fundamental em escola pública e que ao entrar no CEFET-RJ perceberam diferenças na forma como o conteúdo era tratado e, principalmente, no nível das provas. A mesma realidade foi percebida pela pesquisadora Sacramento, quando realizou sua pesquisa com alunos cotistas do curso superior. A autora registra que os cotistas

> Possuem, igualmente, dificuldades em sua formação que são identificadas por eles próprios e que, em função disso, muitas vezes parecem-lhes intransponíveis, fazendo-os pensar em desistir do curso. Em meio a tantas adversidades, como poderão fazer para prosseguirem em sua opção profissional? Os alunos entrevistados revelam que possuem visões particulares a respeito de suas dificuldades, atribuindo-as à formação escolar, ao meio cultural, e às naturais adaptações necessárias à vida acadêmica (SACRAMENTO, 2005, pg. 150).

Gabriel alerta que "foi um choque de realidade". Por isso, foi necessário se dedicar e buscar o auxílio de grupos de estudos para acompanhar o ritmo das aulas e avaliações. Como sinalizado por Sacramento (2005), as dificuldades são percebidas de diferentes formas, baseado no contexto cultural de cada indivíduo. A percepção desses jovens pode ser ilustrada através da pesquisa de Sansone, que diz:

> A qualidade de ensino nas escolas públicas, especialmente nas quatro primeiras séries, é muito precária- a maioria dos alunos com diploma do curso primário é ainda parcialmente analfabeta- e essa situação foi agravada pelos cortes drásticos nas verbas governamentais nos últimos anos (SANSONE, 2004, pg. 53).

A deficiência do ensino fundamental brasileiro ainda é um infortúnio vivido pela sociedade brasileira. Nesse sentido, o enfrentamento dessa realidade no Ensino Médio acaba por ser presenciado em diversos momentos. Rafaela destaca as dificuldades para compreender os conteúdos abordados no ensino médio do CEFET-RJ devido à ausência do hábito de estudar que trazia da escola pública, onde cursou o ensino fundamental:

> Eu era uma aluna boa e tal no fundamental, mas eu não tinha o hábito tanto de estudar. De vir pra casa e ter que sentar pra estudar aquilo e o CEFET-RJ meio que me pressionou a fazer isso. Foi outra coisa que eu aprendi aqui... eles me ensinaram a estudar porque até então eu não sabia como fazer isso: ir pra casa e ter que estudar sozinha.

Essa dificuldade de "saber" como estudar passa a ser percebida por Rafaela quando chega ao CEFET-RJ. Junto a ela, outros estudantes oriundos do Ensino Fundamental público- cotistas ou não-, começaram a dividir o espaço com os alunos que apresentavam o nível de escolaridade maior, de acordo com o que os jovens entrevistados percebiam durante as aulas. Sinalizam que alguns alunos já demonstravam dominar o tema e as técnicas. Por essa razão, Rafaela relata que

> Aconteceu de muitos professores falarem "a turma não tem uma base muito boa" em talvez química ou matemática, principalmente nessas áreas... "a turma não tinha uma base boa" eu acho que isso vem da educação anterior, que muitos vieram de colégios públicos e tal. E eu acho que nem todos os professores estavam preparados para ajudar em relação a essa base boa que eles mesmos cobravam (Rafaela).

De acordo com as falas dos entrevistados, foi perceptível que o ambiente que narravam era misto, com relação ao conhecimento do conteúdo. Nesse mesmo sentido, Rafaela afirma que:

> Muitos professores estavam acostumados com aquela turma de todo mundo vindo de colégio particular, já tem uma base bem boa. Então, muitos professores já estão acostumados com isso. Podem não ter falado abertamente disso, mas eu sinto que isso interferiu sim...

Nas falas de Rafaela, fica evidente a desqualificação que o aluno ingressante pela política de cotas sente ao ingressar na instituição, principalmente por se tratar da primeira turma após a promulgação da Lei 12.711/2012. Alegam que precisavam correr atrás para garantir boas notas e demonstrar que aquele lugar também pertencia a eles.

Contudo, não bastasse a corrida pelo conteúdo que estava atrasado e o "choque" que causaram nos professores, nossos jovens ainda encontravam dificuldades em relação ao transporte, que precisavam ser superadas para garantir a continuidade dos estudos no CEFET-RJ:

> Eu moro em Belford Roxo, então eu tenho que pegar trem pra vir pra cá uma hora... e eu estudava em um colégio que era 10 minutos da minha casa, eu ia andando. E esse choque, principalmente, no primeiro ano foi muito grande. Então, me acostumar a pegar trem sozinha, a vir pra cá... e isso é uma coisa cansativa... (Rafaela)

Essa é uma realidade vivida pelos cinco sujeitos dessa pesquisa, que apontam o fator "distância da casa até a escola" como uma barreira cotidiana, a qual foi vencida com persistência. Tal fato retrata a importância da elaboração de mecanismos que assegurem a permanência como o auxílio financeiro que visem minimizar as barreiras do dia-a-dia. Valentim em seu estudo sinaliza tal necessidade quando diz que

> A política de reserva de vagas deveria vir acompanhada de outras políticas de suporte, tanto no plano objetivo, a exemplo de financiamentos para compra de livros, alimentação subsidiada ou gratuita, como os bandejões, transporte coletivo com preço reduzido ou gratuito; quanto no plano subjetivo e de maior complexidade, a exemplo de seminários e encontros, no qual a questão das diferenças pudesse ser debatida e elaborada democraticamente, as desigualdades

> problematizadas, o racismo e a discriminação racial existentes no espaço universitário "postos em xeque", revelados e trabalhados visando sua superação (VALENTIM, 2012, pg. 114).

Como ressalta a autora, medidas como um auxílio extensivo aos cotistas permitiriam maior permanência, além de possibilitar uma estrutura capaz de apoiar os alunos. Os jovens entrevistados explicam ainda que antes de entrar no CEFET-RJ estudavam em escolas no bairro em que moravam, isso quando a escola não era na própria rua. Ao descreverem os lugares onde vivem, fomos percebendo que são originários de bairros distantes, com dificuldades de acesso ao transporte, o que exige baldeações e horas de deslocamento. Consequentemente à distância, vem o cansaço e o sono, os quais somam os desafios que precisam enfrentar. Nesse sentido, Sofia diz que

> Ficava muito cansada de sair de São João pra cá, quase duas horas de transporte, então isso te cansa bastante. E no primeiro ano a gente ficava aqui até às 6H da tarde, um dia. Então, chegava em casa morta, 8H da noite, só queria dormir. Essa parte foi bem difícil, mas superei. Foi tranquilo. E as minhas dificuldades mesmo em exatas...foi difícil, mas superei.

A jovem cita problemas de deslocamento da casa até a escola, a partir de então, fica claro que a questão da mobilidade refletia diretamente na rotina diária. Através dos relatos fomos percebendo que a dedicação e a motivação foram cruciais para que esses alunos fossem driblando as barreiras para dar prosseguimento e concluir os estudos. Como exposto no Capítulo II, casos de reprovação também foram relatados por esses alunos causando uma mistura de dúvidas e incertezas. Para isso, utilizaram de diversas ferramentas (família, grupos de estudo, mais tempo na biblioteca) para dar continuidade aos estudos e superar as dificuldades.

Ao ouvir nossos sujeitos, percebemos a forma como encaram os desafios e a forma como despertam o sentimento de resistência nos seus colegas através da persistência e ajudas ao longo de suas trajetórias. Essas trajetórias são significados de luta e dedicação rumo ao objetivo de conquistar o término do ensino médio integrado ao

técnico. Com isso, a influência que um desempenha no outro é responsável por incentivar no prosseguimento dos estudos. Daí, a importância de destacar como cada um contribuía na trajetória do outro.

3.2 O significado do CEFET-RJ

Unanimamente, os cinco entrevistados destacaram que, no geral, a turma em que estavam inseridos era responsável pela motivação na trajetória, apesar dos conflitos que encontravam quando haviam discussões na sala de aula como relatado por Gabriel. Eles apontam que os colegas de classe formavam uma equipe, onde todos se ajudavam, destacando a importância dos grupos juvenis como ferramenta para compartilhar experiências e vivências, conforme discutido no capítulo anterior. Rafaela ilustra essa realidade:

> Os colegas, que nossa turma era...ajudando sempre um ao outro. Acho que isso ajudou bastante. Talvez se não tivesse tido essa ajuda [...] talvez eu tivesse repetido... talvez eu tivesse desistido... não sei.

Na hora em que pensou em desistir devido às dificuldades de deslocamento, foram os colegas que contribuíram para que Sofia não desistisse de seu objetivo:

> Pensei em desistir... porque eu estava sentindo muita dificuldade e falei "tipo, não está valendo a pena esse esforço todo que eu estou fazendo!" Ninguém está reconhecendo, eu mesma não estou vendo o resultado de todo esse esforço. Mas aí eu conversava com outras pessoas, pegava a visão de outras pessoas e falava: "Não, peraí, vale a pena. Falta pouco pra terminar. Isso aqui vai me ajudar muito daqui pra frente..."E eu continuei tentando...

Apesar desse caráter coletivo, existem diferenças na forma como cada indivíduo vive as experiências devido às particularidades de status, trajetória e, até mesmo, de

cultura. Nesse sentido, os alunos destacam ainda que juntamente aos colegas de escola, a família também desempenhava o seu papel de ajudar e incentivar. Teixeira (2003, pg. 198) assinala que tanto indivíduos quanto grupos – entre eles pode estar a família – podem ser considerados como unidades de formação de "redes" que conduzem determinados indivíduos a contornar obstáculos, tanto de origem socioeconômica quanto racial, e realizar trajetórias de ascensão. Rafaela assinala a importância dos familiares e amigos nesse processo:

> Os meus amigos de onde eu moro que também me apoiaram muito, no caso, minha irmã tentou pro CEFET-RJ. Eu tenho duas amigas minhas que também tentaram pro CEFET-RJ, mas não conseguiram. Então, antes mesmo de entrar aqui eu tive um apoio enorme, tanto da minha família, quanto dessa outra família, que são essas minhas duas amigas e minha irmã. Então, o apoio foi muito próximo: "você vai conseguir", "você vai conseguir passar pra onde quiser"... Tanto que eu consegui passar pro CEFET-RJ e depois disso elas continuaram me ajudando [...] eu acho que amizade e o companheirismo e a família e Deus foram as coisas que mais me ajudaram nesses quatro anos.

Esses alunos receberam ajuda de amigos e familiares, sendo fundamental para superar as dificuldades. Alguns autores (GARCIA, 2006) classificam essas "ajudas" como resiliência[28], uma vez que a utilizam para driblar as dificuldades e acabam por vencer as barreiras. Sofia, indo mais além, destaca a importância dos colegas que fez na escola, bem como de alguns professores que se dedicavam a ajudar nas dificuldades e esses foram os seus responsáveis por não desistir:

> Olha... os professores me ajudaram ... alguns... principalmente nos dois primeiros anos eu tive muita, muita ajuda...eu tive um professor de química, específico, que foi maravilhoso... E dos meus amigos da sala...que sempre me ajudaram muito ... sempre sentavam comigo depois da aula ou a gente ia um pra casa do outro... fazer exercícios... sempre me ajudava muito...

[28] Facilidade de se adaptar às dificuldades.

Ao passo que Ariel diz:

> Mas no primeiro, no segundo e no terceiro não... a gente tinha um grupo de estudos como eu falei... a gente tinha um aulão...mas nós seis ficávamos no colégio pra fazer uma lista de exercício. Falava assim: "não entendi aquela aula daquela professora, vamos ficar um tempinho? Tirar uma horinha do nosso tempo e ficar aqui pra gente discutir e tal... fazer exercício, alguma coisa".

Autores como Fletcher e Tienda (2008) destacam que o primeiro ano é crucial para os estudantes se adaptarem às exigências do ensino, bem como da instituição. Segundo eles, muitos dos alunos que ingressam através da política de cotas costumam abandonar os estudos já no início pelo motivo de não conseguirem superar os desafios do ensino. O racismo, a discriminação, a necessidade de ingressar no mercado de trabalho para garantir o sustento, a dificuldade em se deslocar para a escola são desafios que muitos jovens encontram nas suas trajetórias e acabam por interromper os estudos. Perguntado sobre os fatores que ajudaram a passar pelas dificuldades no primeiro ano escolar, Gabriel ainda cita as estratégias a que recorria para auxiliar no aprendizado, como as idas às monitorias e aos atendimentos extraclasses feitos pelos professores em horários específicos na coordenação e que serviam para tirar as dúvidas ou dar explicações do conteúdo para os alunos. Além disso, recorria até mesmo à motivação pessoal, quando buscava "a vontade de evoluir culturalmente [...] a busca pelo saber". Daniela retrata a mesma tática que Gabriel para garantir bons resultados:

> No início foi muito difícil porque, por exemplo, eu não tive química, a mínima base de química no ensino fundamental que deveria ter, né. Que outros colegas tiveram. Quando eu cheguei aqui, encontrei química, me deparei com a física... porque no ensino fundamental era ciências e ponto. Quando eu cheguei aqui, me deparei com física e com química, eu comecei a tirar umas notas baixas... aí, como aqui no CEFET-RJ tem a monitoria, eu comecei a frequentar, aí, as minhas notas foram melhorando. Aí, ao longo do tempo, lógico, eu tive que correr atrás, eu fui melhorando a minha nota. Hoje, é claro, eu não saio tirando 10, mas, por exemplo, a minha média nesse bimestre foi oito, então, assim tá bom, sabe. Eu já melhorei muito.

A importância da turma, do coletivo, foi crucial para que os jovens continuassem seus estudos positivamente. Como destaca Hammes (2005, pg. 36) nos grupos juvenis, há condições que favorecem aprendizados para o desenvolvimento de relações de confiança e de entre-ajuda em esferas mais amplas, fundamentais para esta sociedade. Todavia, nossos entrevistados nos mostram também que a trajetória deles não pode ser resumida às dificuldades, pois foi também recheada de sucesso e aspectos positivos que eram compartilhados entre eles. A identificação e percepção acerca das dificuldades se dão de forma diferenciada pelas pessoas, principalmente, em função da fase da vida e do contexto pessoal em que vivem.

> Pesquisadores têm ressaltado a questão da motivação do aluno nessa fase e da importância do ambiente social de sala de aula, pois, importantes resultados acadêmicos como o desempenho e a persistência geralmente estão relacionados a esses fatores (MELIN, 2013, pg. 85).

Gabriel nos faz compreender a importância desse ambiente social escolar múltiplo para o "despertar" dele:

> Acho que o CEFET-RJ foi fundamental, pra esse indivíduo que hoje está aqui sentado, falando com você. Eu não teria despertado se eu estivesse, eu acho, estudando no meu munícipio... porque aqui você encontra pessoas de vários lugares... há uma pluralidade de indivíduos aqui...

Apesar de discursarem sobre os percalços encontrados durante as suas trajetórias, os alunos, ainda assim, buscam, durante as entrevistas, dar ênfase às oportunidades que tiveram a partir do momento em que entraram na escola e, mais especificamente, às experiências que vivenciaram durante o ensino médio. Rafaela destaca que, durante a sua estadia na escola, a diversidade de pessoas, culturas e opiniões que encontrou no ambiente escolar significou muito para a sua construção enquanto aluna e pessoa:

> Acreditar mais na diversidade, conhecer outros tipos de pessoas, acreditar... conhecer pessoas totalmente diferentes de mim. Aprender a lidar com as diferenças. Eu acho que isso ajudou bastante.

Waltenberg (2012, pg. 54) em seus estudos aponta "que as diversas políticas de ações afirmativas foram bem-sucedidas no objetivo de proporcionar maior diversidade– entendida como maior representação de grupos desfavorecidos- entendendo-se como "diversidade" uma maior representação de grupos desfavorecidos". Por essa razão, a contribuição da política de cotas não é uma vertente de mão única, sendo favorável também para os contextos escolares, que acabam por receber diferentes grupos e culturas. Numa sociedade que se percebe cada vez mais repleta de culturas, etnias, religiões, visões de mundo e outras dimensões das identidades infiltra-se, cada vez mais, nos diversos campos da vida contemporânea, o multiculturalismo, que surge como um conceito que permite questionar no interior do currículo escolar e das práticas pedagógicas desenvolvidas, a "superioridade" dos saberes gerais e universais sobre os saberes particulares e locais (MOREIRA, 2001, p. 41). Ariel destaca ainda que essa diversidade de culturas no CEFET- RJ teve para ela

> Significado de mudança, transformação pra melhor, porque eu tinha uma cabeça muito fechada, uma cabeça muito pequenininha, quando a gente chegou aqui até mesmo por causa da idade também... eu vim pra cá com 15 anos, então, tinha uma cabeça meio que de ensino fundamental, porque eu sempre estudei em colégio público também e uma cabecinha pequena, de pensamento que isso aqui tem que respeitar e quando eu cheguei ao CEFET-RJ, aquela liberdade enorme que eu tinha, de você pensar... que você não precisava seguir algo que alguém já tinha feito, você tinha que criar, você tinha que seguir aquilo que você achava certo. Então, foi uma experiência linda pra mim. Significa muito pra mim, às vezes, a gente fica cansada de vir pra cá, a gente fica: "ah, não aguento mais o CEFET-RJ", mas para pra pensar que eu não seria o que eu sou hoje sem o CEFET-RJ.

Não só Ariel, mas os outros quatro entrevistados destacam a importância que tiveram para as suas trajetórias estudar em uma escola repleta de alunos de diversas regiões e culturas. Tal fato contribuiu significantemente para formar suas opiniões e compartilharem experiências e vivencias diversas. Durante o processo de entrevistar,

fomos percebendo que a reserva de vagas foi crucial para permitir a chegada desses alunos negros ao CEFET-RJ, principalmente, quando Gabriel diz que sem a política a pontuação que teve na prova de seleção não seria suficiente para ingressar:

> Os pontos necessários seriam 200 e eu obtive 115 pontos... é... fui classificado na primeira chamada. Se as cotas não existissem, eu seria chamado talvez na quarta classificação...porque, pra você ver, né, o melhor da nossa....do nosso recorte foi 175 pontos. Pra 115...é considerável a diferença...

Gabriel percebe a importância que a política desempenhou e acredita que foi crucial para o seu ingresso na instituição. Também pensando na importância do CEFET-RJ na sua trajetória e a possibilidade de mais chances que terá ao ingressar no mercado de trabalho, Sofia diz que

> O CEFET-RJ tem um grande nome né... Ele abre muitas portas e aí a gente sempre escolhe pensando no futuro, essa foi a minha tática também, escolher um nome que me ajudasse a arrumar alguma coisa mais rápida assim que eu saísse daqui.

Nesse viés, durante as conversas com os alunos, foi possível perceber que a política de fato abriu as chances deles ao permitirem que ingressassem em uma escola de qualidade, visto que diante da concorrência acirrada para acessar os postos de trabalho, jovens formados por instituições de renome, acreditam ter mais facilidades na hora de buscar uma vaga. Sofia nos expõe que agora que passou pelo CEFET-RJ suas chances de entrar na universidade e, consequentemente, no mercado de trabalho são maiores. Brito expõe que

> Principalmente nos dias atuais em geral, a sociedade vê a importância da educação superior na medida em que, ela fornece aparatos para que haja uma inserção no "competitivo e modernizado" (novas técnicas e novas formas gerenciais) mercado de trabalho. No caso, se inserir no mercado formal de trabalho com maior estabilidade e rentabilidade, coisas que se encontram nas empresas de grande porte como

> multinacionais e empresas estatais já que a precarização das relações e dos contratos de trabalho foram avassaladores para os empregados na última década (BRITO, 2008, pg. 3).

Tendo em vista a realidade competitiva citada pelo autor e a necessidade preeminente de ingressar no mercado, Sofia já demonstra preocupação em dar prosseguimento aos estudos na universidade e, assim, garantir suas chances no mercado de trabalho, pois à medida que o indivíduo se destaca e é cada vez mais sujeito, muda o caráter de sua relação com as instituições preexistentes (VELHO, 1999, pg. 98).

Contudo, não há garantias efetivas de que os jovens encontrarão empregos após se qualificarem nas universidades. A situação é mais preocupante, quando pensamos nos alunos que concluem o ensino médio técnico. No âmbito do curso de administração-cursado pelos jovens dessa pesquisa-, a taxa de efetivação em empresas, em 2013, subiu para 18% em volume de estágios, e o número de efetivações (média anual, independentemente do período) subiu para 12% (CEFET, 2014, pg. 9). Em termos práticos, o índice de empregabilidade ainda é baixo. Se pensarmos nas condições de jovens que não tiveram a mesma oportunidade de cursar o técnico, esses números tendem a diminuir, visto que a qualificação é menor.

Todos os entrevistados optaram pelas vagas de cotas, contudo, tiveram mais conhecimento acerca da funcionalidade e importância da mesma a partir do momento em que ingressaram na escola:

> Eu mesmo, por exemplo, quando entrei aqui, depois que eu fui conhecer mais sobre a política de cotas e tal. Mas quando entrei aqui, eu não via tanto essa necessidade. Não procurava tanto motivo, usufrui desse bem, mas não procurei saber tanto o motivo, porque existe uma política de cotas racial o que é diferente de renda e tal. Mas agora sim eu vejo a importância disso, mas antes eu não pensava tanto nisso. Eu acredito que tem muita gente que ainda não conhece a importância disso (Rafaela).

Paulatinamente, como aluna ingressante através da política de cotas, Rafaela vai percebendo a importância da reserva de vagas não só para ela, mas também para os negros da nossa sociedade. Afinal, como afirma Leão (2014, pg. 252) muitos são os aspectos envolvidos na discussão sobre o lugar do ensino médio nas trajetórias juvenis. Deve-se levar em conta que vivemos um momento de reconfigurações sociais que põe em discussão o papel social da educação de uma forma geral. Nesse cenário, os jovens dessa pesquisa passam a perceber a importância da educação em suas trajetórias. Como apontado, a política de cotas permite que esses alunos tenham chances de ascensão e, principalmente, da continuidade dos estudos.

Durante as entrevistas eles iam sinalizando que a trajetória no CEFET-RJ estava chegando ao fim, mas que as suas estadias naquele espaço seriam o pivô para darem prosseguimento aos seus objetivos e na sua vida profissional. Nesse sentido, "as cotas promovem a inclusão social de grupos sociais desprivilegiados – pobres, negros e índios – a partir de um diferente tratamento, com a finalidade de igualar as oportunidades educacionais" (SILVA, 2015, pg. 6). E, na realidade desses indivíduos, vem contribuindo significantemente para a promoção e melhoria dos mesmos enquanto alunos se pensarmos que são os primeiros de suas famílias a realizarem um processo seletivo para uma instituição como o CEFET-RJ. Os pais de nossos estudantes cursaram até o Ensino Médio, alguns só tiveram a chance de chegar até o Ensino Fundamental como é o caso do pai de Daniela. Consequentemente, as chances de ocupações nas famílias dos nossos entrevistados sempre foram restritas, no entanto, a partir do momento em que esses jovens passaram a ter mais oportunidades de estudar, suas famílias acreditam que as chances dos jovens aumentaram gradativamente e, assim, estão ampliando as suas oportunidades, quando comparadas com as que seus pais tiveram em função do nível de escolaridade. Sansone expõe essa realidade quando diz que

> Os pais ficam convencidos de que seus filhos têm instrução suficiente para encontrar empregos adequados, enquanto os filhos sentem uma profunda frustração com o fato de sua vida não atender a suas expectativas. Além de provocar conflitos domésticos, a dificuldade de encontrar bons empregos desestimula os jovens, a longo prazo, de se dedicarem a estudos mais prolongados e mais difíceis (SANSONE, 2004, pg. 53).

Infelizmente, essa situação explicitada Sansone, ainda é constante nos dias atuais, por esta razão, os jovens vem demonstrando cada vez mais preocupação sobre tal realidade no mercado de trabalho, uma vez que

> Muitos dos canais de mobilidade social que tinham sido importantíssimos e centrais na criação de uma classe operária negra deixaram de ser vistos como importantes pelas gerações mais novas de jovens negros de classe baixa. Por exemplo, as oportunidades nas antigas atividades manuais na indústria pesada e até em alguns setores do emprego público sofreram uma redução, enquanto o valor dos salários despencou, contribuindo para uma diminuição do status desses empregos, antes relativamente elevado. (SANSONE, 2004, pg. 44).

Dessa forma, as expectativas acerca das oportunidades que almejam, faz com que os jovens demonstrem durante as entrevistas entusiasmo e sentimento de gratidão ao ensino que obtiveram, pois acreditam que o futuro pode ser diferente. Daniela relata que

> O CEFET-RJ mudou totalmente o meu futuro, porque se eu estivesse numa escola estadual, talvez eu não teria o tanto de conhecimento que eu tenho hoje, o tanto de experiência que eu já tive de aprendizado. Até porque a forma de ensino da escola estadual é diferente da forma de Ensino daqui do CEFET-RJ.... eu não estaria em um estágio já encaminhada para o mercado de trabalho. Então, o CEFET-RJ mudou o meu futuro. Eu já teria concluído o ensino médio no final do ano passado, mas eu não sei se eu estaria empregada, em que emprego trabalharia só com o ensino médio. E eu não sei se eu conseguiria passar de primeira em um ENEM... então o CEFET-RJ mudou totalmente o meu futuro.

Os estudos de Leão (2014, pg. 254) retratam que tal realidade ao apontar em seus estudos que cresce a expectativa com relação à educação como condição para a mobilidade social, ao mesmo tempo em que seu poder como instituição se torna relativo. Os estudantes entrevistados sinalizam que apesar do pouco estudo, seus pais incentivam os seus estudos, ao ponto de não precisarem trabalhar e poderem se dedicar

exclusivamente à função de estudante, como é o caso de Rafael e Ariel. Além disso, os alunos possuem bolsas fornecidas pela instituição, o que auxilia nos custos com material e alimentação e é um importante instrumento para garantir a permanência dos mesmos. Nesse sentido, se dedicam quase que exclusivamente à escola.

Os que já desempenham funções – Daniela, na Petrobras e Gabriel, no escritório de advocacia-, estão contratados como estagiários, o que demanda uma carga de horário menor, não prejudicando as horas de estudo. Os estudos sobre as transições juvenis nos mostram que, se em épocas anteriores, havia um maior grau de previsibilidade em relação às trajetórias, hoje isso já não se dá de maneira tão comum, pelo menos para um grande número de jovens (Leão, 2014, pg. 233).

Ao final das entrevistas perguntei aos estudantes quais eram os planos para o futuro e as respostas foram:

> Eu pretendo ou estagiar nesse segundo semestre de 2016... eu estou procurando estágio ainda...ou estagiar e se eu conseguir no final do ano, fazendo o Enem e a UERJ agora, se eu conseguir passar, entrar no vestibular, agora ano que vem e prestar pra jornalismo (Ariel).

> querendo ou não, você olhar dois currículos: um tendo CEFET-RJ como técnico e o outro você apenas tendo o ensino médio... é uma coisa grandiosa, né? (Daniela)

Pelos relatos dos alunos, a trajetória deles no CEFET-RJ foi permeada de dificuldades, mas acima de tudo de muitas sementes plantadas e que serão colhidas assim que concluírem o ensino médio. O modo como se constituirá a experiência escolar para os alunos dependerá da construção de uma relação significativa entre a instituição e seus atores (LEÃO, 2014, pg. 254). Encontraram dificuldades com o ensino, no deslocamento até à escola, perderam colegas de classe que desistiram ainda no início. Mas também aprenderam com as diversidades, opiniões, pessoas oriundas de diversos lugares e até com professores que estavam aptos a fazer "algo mais" por aqueles que tinham dificuldades. Velho (1999, pg. 61) ressalta que através de suas relações e inter-relações, mais ou menos complexas, elabora-se um mapa sociocultural

que define campos de significado[29]. Contudo, ao longo das entrevistas, das transcrições e análise das mesmas, percebeu-se que a trajetória dos estudantes foi caracterizada pela ampliação dos horizontes deles enquanto estudantes, futuros profissionais e, inclusive, no âmbito pessoal. Esse parece ter sido o fator principal que esses estudantes encontraram nas suas trajetórias enquanto alunos negros do CEFET-RJ.

Por essa razão, quando perguntados acerca da opinião deles sobre a política de cotas e, mais especificamente, do recorte racial, as respostas tenderam a direcionar para

> Eu acho que é uma questão de inclusão, é uma questão de equilíbrio, infelizmente, há uma parcela muito pouca de negros nas faculdades, nas escolas federais. Há uma grande, na verdade, uma pouca parcela deles nesses locais. Então, eu acho que essas cotas servem para inclusão, porque é como uma frase que eu vi no livro de inglês: "pra ter universidade, tem que ter diversidade". Então, pra ter essa diversidade, tem que ter... para ter essa universidade, tem que ter diversidade. Porque não é uma escola só de brancos ou uma escola só de negros. Tem que ter esse interação, sim. E eu acho que a cota racial tem esse poder de inclusão (Ariel)

> Acho importante, tanto em relação à racial, quanto em relação à renda. Porque eu acho que isso abre um leque de pessoas para ingressar na instituição... não dar oportunidade para todas as pessoas, porque eu tenho esse conceito de que a justiça não é dar igual para todos, mas você ver as diferenças e atender a cada uma delas (Rafaela).

A experiência que as cotas raciais trouxeram para esses indivíduos foi tão positiva que eles chegam ao final de suas trajetórias sinalizando a importância das mesmas para a diversidade nas instituições e a progressiva inserção dos negros nos diversos espaços. Nesse sentido, a política de cotas vem cumprindo a sua função de promover oportunidade, principalmente, para os jovens negros. É inegável que a inclusão de medidas voltadas para os grupos que sofrem discriminação contribuem, mesmo que paulatinamente, na reparação das injustiças sociais. Leão alerta que

[29] Sendo o campo de possibilidades o rol de alternativas que se apresenta ao indivíduo (Velho, 2003, pg. 87).

> Muitos são os aspectos envolvidos na discussão sobre o lugar do ensino médio nas trajetória juvenis. Deve-se levar em conta que vivemos um momento de reconfigurações sociais que põe em discussão o papel social da educação de uma forma geral. As transformações nas sociedades contemporâneas no âmbito das relações econômicas, da política e da cultura afetam o modo como nos relacionamos com algumas instituições, especialmente a família, a escola e o trabalho. Esferas centrais nos processos de socialização das sociedades modernas e articuladoras das trajetórias juvenis, elas sofreram grandes mutações (LEÃO, 2014, pg. 254).

Como apontado pelo autor, as trajetórias são regadas de mutações, que reconfiguram a sociedade nas diversas esferas. Nesse sentido, as expectativas acerca da educação, como ferramenta de ascensão social tornam-se a priori. Nesse cenário contemporâneo, as vagas de cotas passam a ser responsáveis por integrar todos, principalmente negros e pobres, à educação, uma vez que as reconfigurações sociais põem em discussão o papel social da educação. Diante disso, as expectativas com relação à educação crescem significantemente, tendo em vista que é a ferramenta que poderá permitir a mobilidade social.

Considerações Finais

Com a finalidade de combater as desigualdades raciais, diversos países vêm adotando as ações afirmativas com o objetivo de garantir vantagens aos grupos que são discriminados ou banidos ao longo da história. Principalmente, em sociedades, como o Brasil, onde a democracia ainda é um mito. Por esse motivo, as discrepâncias de cunho racial revelam que os negros ainda sofrem problemas como a discriminação.

Nesse sentido, as ações afirmativas são fundamentais para que os negros tenham acesso ao ensino, uma vez que fazem parte políticas que estão voltadas à representação do negro, bem como ao reconhecimento racial. Medeiros (2004, pg. 148) ainda alerta que "as opiniões contrárias tendem a predominar, tanto à direita quanto à esquerda do espectro político, embora um certo número de intelectuais de peso se tenha manifestado a favor". Ao longo dessa pesquisa no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ), foi possível perceber como as ações afirmativas, modalidade cotas, permitiu aos cinco jovens vivenciarem a experiência de cursar o ensino médio técnico, bem como os seus impactos positivos os negativos na trajetória desses indivíduos. Importante, nesta abordagem, é não ter a pretensão de esgotar a questão proposta a fim de ampliar a discussão e a reflexão deste tema no seio da sociedade brasileira, tendo em vista a necessidade de criar dispositivos concretos de combate à desigualdade racial no Brasil.

Pesquisamos, portanto, como se deu as trajetórias e as ferramentas que foram cruciais para que os protagonistas chegassem ao final do curso. A partir de então, fomos compreendendo as suas relações com os membros da comunidade escolar, suas estratégias de permanência e como driblavam as dificuldades.

Tendo em vista o caráter qualitativo que esta pesquisa possuiu, as cinco entrevistas foram transcritas e posteriormente analisadas com o objetivo de compreender o universo de cada sujeito. Importante sinalizar que quatro alunos obtiveram bolsas da instituição - exceto Rafaela-, o que permitiu que pudessem ter uma ajuda de custo, que era de grande valia no cotidiano escolar dos jovens.

Outro fator fundamental na trajetória dos jovens foi a rede de solidariedade criada por eles, na comunidade escolar e na família. Essa característica, comum aos cinco entrevistados, é responsável pelo apoio, tanto no aspecto financeiro, quanto no emocional. No campo das experiências voltadas para a escolarização, foi no convívio que os jovens perceberam possibilidades de continuar as trajetórias.

Sinalizaram também a importância das monitorias, os grupos de estudo, a contribuição dos professores, as palestras que agregavam às aulas obrigatórias e o tempo que depreendiam para permanecer na escola após as aulas e continuar estudando. Contudo, o universo de estudo não era integral. Os jovens relatam ainda que o ambiente escolar também era espaço de lazer, onde conheciam novas opiniões, se deparavam com pessoas de lugares distintos, logo, todo esse universo também era responsável por cativá-los e, assim, permitir que a trajetória escolar também fosse regada de informações de diferentes níveis.

Foi possível concluir também que houve tensões em alguns momentos, como na sala de aula durante os debates com colegas ou até com professores. Contudo, esses conflitos, eram driblados pelos jovens, ao ponto de superarem tais barreiras. Apesar do tema "cotas" ainda causar pensamentos heterogêneos, no geral os alunos alegaram que, independente de situações tensas com relação ao assunto, a tendência foi, em longo prazo, o entrosamento entre a comunidade escolar e os cotistas que chegavam à instituição.

Os alunos, portanto, vivenciaram desde estranhamentos- no primeiro momento em que chegaram à escola- e discriminação até solidariedade. A implementação da lei é dificultada pelo pouco conhecimento da comunidade acerca da mesma. Aos poucos foram se integrando ao novo universo escolar, ao ponto de declararem que os espaços eram bem misturados. Infelizmente, em alguns momentos, a condição de cotistas era sinalizada por parte daqueles que muitas das vezes não percebiam a importância das mesmas.

Contudo, e à medida que iam conquistando seus espaços, os jovens cotistas eram responsáveis por demonstrar que aquele espaço também pertencia a eles. Para isso, foi

necessário correr atrás das notas, estudar e garantir a permanência. Aos poucos, a distinção entre cotista e não cotista começou a ficar mais suave, porém nunca extinta.

Nesse processo, encontraram discriminação, solidariedade, insegurança, alegrias. Mas, o principal fator relatado pelos jovens foi a importância que a instituição teve na vida deles. E, destaco, que para vivenciarem a experiência de estudar no CEFET-RJ, a política de cotas foi fundamental para que esses jovens negros tivessem chances igualitárias de serem aprovados no processo seletivo.

Em diversos momentos, os jovens demonstraram a percepção de que as suas trajetórias escolares foram diferentes, desde o momento em que ingressaram na escola. Acreditam, ainda, que graças a tal fato seus futuros serão promissores e planejam crescer profissionalmente e pessoalmente. Sobre o futuro, é impossível afirmar. Mas, quanto à trajetória que já foi traçada, fica claro a importância que a política teve na vida desses sujeitos, que afirmam terem aprendido muito tanto no âmbito escolar e profissional, quanto no pessoal. Por esta razão, informaram que no próximo processo seletivo que realizarem, optarão pelas vagas de cotas, uma vez que a mesma foi fundamental para suas trajetórias escolares. Como sinaliza Sofia em relação à escola

> É muito, muito legal estudar aqui. É muito legal conhecer as pessoas que você tem a oportunidade de conhecer. Você conhece professores ótimos, mas além de professores ótimos, você conhece pessoas maravilhosas. Pessoas que têm sonhos e acreditam em ideologias que talvez você talvez nunca tenha escutado. Vale a pena você dar uma chance. Dê uma chance para as outras pessoas, sabe? Não tenha tanta certeza na sua opinião. Acho que é essa a ideia que eu tenho pra passar.

Como apontado pela jovem, o CEFET-RJ foi mais que um espaço de aprender conteúdos, foi o espaço de aprender lições pra vida. A jovem resume em poucas palavras o que a experiência dessa escola trouxe para a sua vida profissional e pessoal, e concluímos que o mesmo se aplica aos outros jovens cotistas. Em suma, tais jovens obtiveram uma trajetória escolar, que foi permeada por diversos fatores, mas para sobreviverem à escola, usaram das ferramentas que dispunham para chegar ao último ano. Destacamos, ainda, a importância desse tema ser progressivamente propagado e debatido. Pois, somente com o diálogo, será possível propor melhorias e reflexões em

prol da política. De acordo com Sacramento (2005, pg. 159), a adoção de ações afirmativas na modalidade de cotas trouxe à tona, no cenário social, a rediscussão das identidades raciais do povo brasileiro e a recolocação da questão racial na agenda nacional, uma vez que, através dela, discute-se a democracia, de fato instalada no país.

Esse tema incide sobre a discussão de um problema racial que ainda é velado na sociedade brasileira e que acaba por trazer efeitos racistas aos negros, quando os mesmos não possuem igualdade nos postos de trabalho, acesso à educação e direitos essenciais para garantir a cidadania. A autora destaca a importância que as ações afirmativas tiveram no país, uma vez que causaram grande discussão do tema. Nessa mesma vertente, Rafaela sinaliza que "é um assunto que precisa ser debatido. Como eu falei antes, muita gente não tem essa noção, não conhece os motivos, não conhece as circunstâncias que levam a ter a cota racial e a cota por renda também". Como apontado pela jovem, o tema "cotas" ainda encontra barreiras e, como aluna cotista de uma instituição federal, Rafaela salienta a necessidade de trazer à tona tal assunto, visto que muitos ainda desconhecem o mecanismo adotado pela política.

Termino essa pesquisa com a última fala de Daniela, quando ao final das perguntas diz que ter contado sobre o tempo dela no CEFET-RJ durante a entrevista a fez "refletir sobre algumas coisas, fez repensar alguns conceitos e também fez rever o trajeto". "Isso me ajudou", conclui a jovem. Percebi, enquanto pesquisadora, que talvez esses jovens não tivessem notado efetivamente como a trajetória escolar deles foi diferente desde que entraram no CEFET-RJ. É visto ao longo das falas que os jovens têm consciência do papel da escola nas suas vidas. Mas, no caso de Daniela, o exercício de contar a sua trajetória a fez, ao final da conversa, ter noção da magnitude que foi viver tudo que ela narrou ao longo da entrevista, fato que talvez não tivesse percebido anteriormente.

Esperamos através dessa pesquisa, motivar a comunidade acadêmica a propagar a importância de leis que visem suprir as lacunas raciais existentes nos diversos setores de nossa sociedade. E que possa ser motivados à progressiva discussão que vise melhorias e, principalmente, ao enfrentamento das dificuldades raciais.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Bernadete de Lourdes F. de.; XAVIER., S. M. A. A. ; ASSUNÇÃO, G. R. O debate temático sobre os programas sociais de enfrentamento à desigualdade social: Uma análise do estado da arte sobre pobreza na Paraíba/Brasil. In: III Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2007, Maranhão. São Luís: Editora Universitária da UFMA, 2007.

ANTUNES, Maria Thereza Pompa et al. Estudos De Caso E Sua Aplicação: Proposta De Um Esquema Teórico Para Pesquisas No Campo Da Contabilidade. Revista de Contabilidade e Organizações, vol. 6 n. 14 (2012) p. 127-144.

BERGMANN, B. In Defense of Affirmative Action. New York: Basic Books, 1996.

BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas simbólicas. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

BOXHILL, Wally. Promoção da igualdade racial: Experiências internacionais (Canadá, Itália e Namíbia) equidade no emprego no Canadá. Seminário Internacional "Promovendo a Igualdade Racial: Um diálogo sobre políticas", 2005.

BRANDÃO, Marisa. CEFET Celso Suckow e Algumas Transformações Históricas na Formação Profissional. Revista Trabalho Necessário. UFF, 2009.

BRASIL. Lei nº 5.465, de 3 de Julho de 1968.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL**,** Lei nº 3.524, de 28 de Dezembro de 2000.

BRASIL**,** Lei nº 3.708, de 07 de Fevereiro de 2001.

BRASIL**,** Decreto nº 7.824, de 11 de Outubro de 2012**.**

BRASIL, Secretaria Nacional De Juventude. Agenda Juventude Brasil: Perfil nacional sobre perfil e opinião dos jovens brasileiros. Brasília: SNJ, 2013.

BRASIL**,** Lei nº 12.852, de 5 de Agosto de 2013.

BRENNER, Ana Karina. In: Narrativas juvenis e espaços públicos: Olhares de pesquisa em educação, mídia e ciências sociais/ Organização de Paulo Carrano e Osmar Fávero-Niterói; Editora da UFF, 2014.

BRITO, Leonardo Chagas de. A ideologia da qualificação, trabalho e a ampliação do "Mercado Da Educação Superior" 2008.

CAMUS, A. O primeiro homem. RJ: Nova Fronteira, 1994.

CÂNDIDO, Antônio. A estrutura da escola. In: PEREIRA, Luiz; FORACCHI, Marialice M. (org.). Educação e sociedade. 9. Ed. São Paulo: Nacional, 1978.

CARRANO, Paulo; FÁVERO, Osmar. Narrativas juvenis e espaços públicos: Olhares de pesquisa em educação, mídia e ciências sociais. Niterói; Editora da UFF, 2014.

CARVALHO, Natalia Fernandes Garcia de. A política de cotas sob o olhar dos cotistas. Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2010.

CARVALHO, M.M.; WALTENBERG, FABIO D. Ações Afirmativas em cursos de graduação no Brasil aumentam a diversidade dos concluintes sem comprometer o desempenho? Sinais Sociais, v. 7, p. 36-77, 2012.

CEFET. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Projeto Político Pedagógico. 2012.

CEFET. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Projeto Político Pedagógico. 2014.

COSTA, Ozira Fernanda da. Políticas Públicas de Juventude: Uma construção possível? Universidade de Brasília, UNB, Brasil, 2009.

DAYRELL, J.T.; LEÃO, G.; BATISTA, J. Juventude, pobreza e ações sócio-educativas no Brasil. In: Sposito, M. (Org.). Espaços públicos e tempos juvenis: Um estudo de

ações do poder público em cidades das regiões metropolitanas brasileiras. São Paulo: Global, 2007.

DOMINGUES, Petrônio José. Movimento negro brasileiro: Alguns apontamentos históricos. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, v. 12, p. 113-136, 2007.

ENNE, Ana Lucia Silva. In: Narrativas juvenis e espaços públicos: Olhares de pesquisa em educação, mídia e ciências sociais/ Organização de Paulo Carrano e Osmar Fávero-Niterói; Editora da UFF, 2014.

FABENI, Stefano. Políticas anti-discriminatórias e ações afirmativas: A experiência italiana do cgil no limiar dos direitos de cidadania e a ideia de diversidade. 2005.

FLETCHER, J. M.; TIENDA, M. Race and Ethnic Differences in College achievement: Does High School attended matter? SSRN Working Papers, [S.l.], v. 4, n. 66, p.1-36, 2008.

GARCIA, N. M.; YUNES, M. A. M. Resiliência familiar: Baixa renda e monoparentalidade. In D. D. Dell'Aglio, S.H. Koller; M. A .M. Yunes (Eds.), Resiliência e psicologia positiva: Interfaces do risco à proteção (pp. 117-140). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo. 2006.

GEMAA - Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa, Ações afirmativas, 2014.

GOFFMAN, E. Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e luta pela moradia. Loyola. São Paulo: 1991.

GOMES, Alberto Albuquerque. Nuances: Estudos sobre Educação. Presidente Prudente, SP, ano XIV, v. 15, n. 16, p. 215-221, jan./dez. 2008.

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. Classes, raças e democracia. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

HAMMES, Lúcio Jorge. Aprendizados de convivência e a formação de capital social: Um estudo sobre grupos juvenis. Unisinos, 2005.

HENRIQUES, Ricardo. Texto para discussão nº 807. Brasília: Ipea, jul. 2001.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IBGE. Censo Demográfico 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS – IBASE. Cotas raciais: Por que sim? 3ª ed. Rio de Janeiro: IBASE, 2008.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Retrato das desigualdades de gênero e raça. 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011.

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasil em desenvolvimento 2011: Estado, planejamento e políticas públicas. – Brasília : Ipea, 2012.

LEÃO, Geraldo. In: Narrativas juvenis e espaços públicos: Olhares de pesquisa em educação, mídia e ciências sociais/ Organização de Paulo Carrano e Osmar Fávero-Niterói; Editora da UFF, 2014.

LEITE, Janete Luiza. Política de cotas no Brasil: política social? R. Katál., Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 23-31, jan./jun. 2011.

LOWI, Theodor. Four Systems of Policy, Politics, and Choice. Public Administration Review, 32: 298-310. 1972.

MALATIAN, T. M. Quanto tempo o tempo tem?. In: MALATIAN, Teresa. (Org.). Caderno de formação. Formação de Professores: Conteúdos e Didática de História. 1ed.São Paulo: UNESP/Cultura Acadêmica, 2012, v. 8, p. 68-74.

MEDEIROS, Carlos Alberto. Na lei e na raça: Legislação e ralações raciais, Brasil-Estados Unidos. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MELIN, Lucimara. Motivação e Teoria de metas: Um estudo com o uso de estratégias de aprendizagem na disciplina de matemática. Universidade Estadual de Londrina.

Centro de Educação, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2013.

MINISTÉRIO DA CULTURA EDUCAÇÃO. MEC, 2007.

MOREIRA, A. F. B. Currículo, cultura e formação de professores. Revista Educar, Curitiba, Editora da UFPR, n. 17, p. 39-52. 2001.

NASCIMENTO, Alexandre do. Das Ações Afirmativas dos Movimentos Sociais às Políticas Públicas de Ação Afirmativa: O Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares. Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Florianópolis. UFSC, 2007.

OLIVEIRA, F. B.; ALMEIDA, I. B. . Reflexões sobre a constitucionalidade das cotas raciais em Universidades Públicas no Brasil: Referências internacionais e os desafios pós-julgamento das cotas. Ensaio (Fundação Cesgranrio. Impresso), v. 20, p. 325-346, 2012.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude alguns contributos. Análise Social, v. XXV, p. 139-165, 1990.

PAIS, J.M. Culturas juvenis. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

PEREGRINO, Mônica. Desigualdade numa escola em mudança: Trajetórias e embates na escolarização pública de jovens pobres. UFF, 2006.

SABOIA, Evandro. Uma breve reflexão sobre os termos branquitude e branquidade. III Seminário de Pesquisa da FESPSP, 2014.

SACRAMENTO, Mônica Pereira do. Ação afirmativa na UERJ: O caso da Escola Superior de Desenho Industrial. 2005.

SANSONE, Livio. Negritude sem etnicidade: O local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil. Tradução: Vera Ribeiro. Salvador: Edufba; Pallas, 2004.

SANTOS, Ivanir dos. In: Histórias do movimento negro no Brasil: Depoimentos ao CPDOC/ org. Verena Alberti e Amilcar Araujo Pereira. – Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007.

SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima (Orgs). Ações Afirmativas: Políticas Públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SANTOS, Sales Augusto dos. Ações Afirmativas nos Governos FHC e Lula: Um Balanço. Tomo (UFS), v. 1, p. 37-84, 2014.

SETTON, M. G. J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: Uma leitura contemporânea. Revista Brasileira de Educação (Impresso), São Paulo, n.maio/ago, p. 60-70, 2002.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: Uma revisão da literatura. Sociologias nº 16. Porto Alegre, July/Dec. 2006.

SILVA, F. C. Política de Cotas e Ascensão Social e Educacional no Ensino Superior: Os Casos dos Cursos de Direito e Medicina da UFAL. In: V Reunião Equatorial de Antropologia / XIV Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste, 2015, Maceió. Anais REA/ABANNE, 2015.

SILVA, L. H. O. Ações afirmativas. Maquinações (UEL), v. 1, p. 74-76, 2007.

TAKEUTI, Norma. In: Narrativas juvenis e espaços públicos: olhares de pesquisa em educação, mídia e ciências sociais/ Organização de Paulo Carrano e Osmar Fávero- Niterói; Editora da UFF, 2014.

TEJADAS, Silvia da Silva. Juventude e ato infracional: As múltiplas determinações da reincidência. PUCRS. POA, 2008.

TELES, Tayson Ribeiro. Política De Cotas Do Ensino Superior Brasileiro: Uma Análise Percuciente In Faciem Do Princípio Constitucional Da Igualdade. Constituição, Economia e Desenvolvimento: Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional. Curitiba, 2015.

TREVISOL, J. V.; NIEROTKA, R. L. . A “Lei das cotas” e as políticas de democratização do acesso ao ensino superior público brasileiro. Quaestio: Revista de Estudos de Educação, 2015.

UNESCO. Los países de América Latina y el Caribe adoptan la declaración de Cochabamba sobre educación. In: Anais da Oficina de información Pública para América Latina y Caribe, 2001.

VALENTIM, Daniela Frida Drelich. Políticas de ação afirmativa e ensino superior: A experiência da UERJ na perspectiva dos professores da Faculdade de Direito / Daniela Frida Drelich Valentim; orientadora: Vera Maria Ferrão Candau. – Rio de Janeiro: PUC-Rio, Departamento de Educação, 2005.

VALENTIM, Daniela. Ex-alunos negros cotistas da UERJ: Os desacreditados e o sucesso acadêmico. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ. 2012.

VAN DER LAAN, M. Opressão racial, movimento negro e revolução: problematização das posições de Sérgio Lessa, Valério Arcary e Marcelo Badaró Mattos acerca do debate sobre as cotas raciais. In: I Simpósio Trabalhadores e a Produção Social, 2011, Sumaré. Anais do I Simpósio Trabalhadores e a Produção Social, 2011.

VASCONCELOS, Ana Cecília Feitosa. Entrevistas “Em Profundidade” Na Pesquisa Qualitativa Em Administração: Pistas Teóricas E Metodológicas. 2012.

VASCONCELOS, Simão Dias. SILVA, Ednaldo Gomes da. Acesso à universidade pública através de cotas: uma reflexão a partir da percepção dos alunos de um pré-vestibular inclusivo. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 13, n.49, p.453-468, out./dez. 2005.

VELHO, Gilberto. Projeto e metamorfose: Antropologia das sociedades complexas (3a ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

VELHO, Gilberto. Individualismo e cultura: Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea/ Gilberto Velho. 7. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

VENTURA, Magda Maria. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. Rev. SOCERJ, 2007.

VILLAR, Diego. Uma Abordagem Crítica Do Conceito De “Etnicidade” Na Obra De Fredrik Barth. MANA 10(1): 165-192, 2004.

VITÓRIA, F. C. D. Cotas–do direito de todos ao privilégio de alguns. Revista Adunesp Informa. São Paulo: Adunesp, 2004.

VITÓRIA, F. C. D. Cotas raciais: E continuaremos negros. In: Jornada Internacional De Políticas Públicas, 3, Maranhão, 2007.

YIN R. Estudo de caso: Planejamento e métodos. 2a ed. Porto Alegre: Bookman; 2001.

YIN R. Estudo de caso: Planejamento e métodos. 5a ed. Porto Alegre: Bookman; 2015.

Anexos

Anexo I- Roteiro Semi- Estruturado De Entrevista Aplicado Aos Jovens

PARTE I

1. Data de nascimento?
2. Como você se auto-declara?
3. Você ingressou pela política de cotas através do recorte racial?
4. Bairro em que mora?
5. Com quem você mora?
6. Renda familiar aproximada?
7. Qual é o principal responsável financeiro?
8. Grau de escolaridade dos membros da sua família?
9. Qual a ocupação deles?
10. Como você vem à escola (meio de transporte)?
11. Usa dinheiro ou rio card?
12. Tem alguma bolsa? Incentivo financeiro da instituição? Qual?
13. Por que você escolheu o CEFET-RJ?
14. Por que você escolheu o curso administração?
15. Em que ano você ingressou?
16. Você havia tentado a seleção anteriormente?
17. Você acha que a política de cotas te ajudou?

PARTE II

18. Os professores tinham tratamento diferenciado com os cotistas? SE SIM, justifique com exemplos.
19. Como era seu tratamento com eles?
20. Como era a sua relação com os colegas?
21. Como eram as suas notas? Seu rendimento escolar? Teve alguma reprovação?
22. Alguém te ajudou?

23. Você trabalha enquanto estuda no CEFET-RJ?
24. O que você acha que te ajudou nessa trajetória escolar? O que foi crucial?

PARTE III

25. Qual o significado do CEFET-RJ na sua vida?
26. Quais foram os maiores desafios? Como você os superou? Alguém te ajudou?
27. Teve algum momento que te marcou?
28. Era agradável passar o tempo no CEFET-RJ?
29. Quando as aulas acabam você costuma ir logo embora ou continua na instituição? O que você faz?
30. Você acha que o fato de ser cotista (recorte racial) fez você vivenciar racismo? SE SIM, perguntar:
    A. Você teria algum exemplo para me dar de algum caso racista que você observou ou viveu?
    B. O que você sentia quando presenciava isso?
    C. Você pensou em desistir em algum momento? Qual?
    D. O que te motivou a não desistir?

PARTE IV

31. Como você imaginava o CEFET-RJ antes do seu ingresso?
32. Sua opinião mudou depois que você ingressou? Como foi a experiência de ter estudado aqui?
33. Você acha que ter estudado no CEFET-RJ pode mudar a sua vida?
34. Você acha que terá mais chances agora que estudou aqui?
35. Se você pudesse dar um conselho para um cotista que vai ingressar no CEFET-RJ, qual seria?
36. Teria algo que ele deva evitar?
37. O que você acha da política de cotas (recorte racial)?
38. Você gostaria de dizer algo?

Anexo II- Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

Parágrafo único. Os resultados obtidos pelos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM poderão ser utilizados como critério de seleção para o ingresso nas instituições federais vinculadas ao Ministério da Educação que ofertam vagas de educação superior.

Art. 2º As instituições federais vinculadas ao Ministério da Educação que ofertam vagas de educação superior reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo cinquenta por cento de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, inclusive em cursos de educação profissional técnica, observadas as seguintes condições:

I - no mínimo cinquenta por cento das vagas de que trata o caput serão reservadas a estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a um inteiro e cinco décimos salário-mínimo per capita; e

II - proporção de vagas no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação do local de oferta de vagas da instituição, segundo o último Censo Demográfico divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, que será reservada, por curso e turno, aos autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

Parágrafo único. Para os fins deste Decreto, consideram-se escolas públicas as instituições de ensino de que trata o inciso I do caput do art. 19 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 3º As instituições federais que ofertam vagas de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de nível médio, por curso e turno, no mínimo cinquenta por cento de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escolas públicas, observadas as seguintes condições:

I - no mínimo cinquenta por cento das vagas de que trata o caput serão reservadas a estudantes com renda familiar bruta igual ou inferior a um inteiro e cinco décimos salário-mínimo per capita; e

II - proporção de vagas no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação do local de oferta de vagas da instituição, segundo o último Censo Demográfico divulgado pelo IBGE, que será reservada, por curso e turno, aos autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

Art. 4º Somente poderão concorrer às vagas reservadas de que tratam os arts. 2º e 3º:

I - para os cursos de graduação, os estudantes que:

a) tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, em cursos regulares ou no âmbito da modalidade de Educação de Jovens e Adultos; ou

b) tenham obtido certificado de conclusão com base no resultado do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, de exame nacional para certificação de competências de jovens e adultos ou de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino; e

II - para os cursos técnicos de nível médio, os estudantes que:

a) tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escolas públicas, em cursos regulares ou no âmbito da modalidade de Educação de Jovens e Adultos; ou

b) tenham obtido certificado de conclusão com base no resultado de exame nacional para certificação de competências de jovens e adultos ou de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino.

Parágrafo único. Não poderão concorrer às vagas de que trata este Decreto os estudantes que tenham, em algum momento, cursado em escolas particulares parte do ensino médio, no caso do inciso I, ou parte do ensino fundamental, no caso do inciso II do **caput**.

Art. 5º Os editais dos concursos seletivos das instituições federais de educação de que trata este Decreto indicarão, de forma discriminada, por curso e turno, o número de vagas reservadas.

§ 1º Sempre que a aplicação dos percentuais para a apuração da reserva de vagas de que trata este Decreto implicar resultados com decimais, será adotado o número inteiro imediatamente superior.

§ 2º Deverá ser assegurada a reserva de, no mínimo, uma vaga em decorrência da aplicação do inciso II do **caput** do art. 2º e do inciso II do **caput** do art. 3º.

§ 3º Sem prejuízo do disposto neste Decreto, as instituições federais de educação poderão, por meio de políticas específicas de ações afirmativas, instituir reservas de vagas suplementares ou de outra modalidade.

Art. 6º Fica instituído o Comitê de Acompanhamento e Avaliação das Reservas de Vagas nas Instituições Federais de Educação Superior e de Ensino Técnico de Nível Médio, para acompanhar e avaliar o cumprimento do disposto neste Decreto.

§ 1º O Comitê terá a seguinte composição:

I - dois representantes do Ministério da Educação;

II - dois representantes da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; e

III - um representante da Fundação Nacional do Índio;

§ 2º Os membros do Comitê serão indicados pelos titulares dos órgãos e entidade que representam e designados em ato conjunto dos Ministros de Estado da Educação e Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República.

§ 3º A presidência do Comitê caberá a um dos representantes do Ministério da Educação, indicado por seu titular.

§ 4º Poderão ser convidados para as reuniões do Comitê representantes de outros órgãos e entidades públicas e privadas, e especialistas, para emitir pareceres ou fornecer subsídios para o desempenho de suas atribuições.

§ 5º A participação no Comitê é considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

§ 6º O Ministério da Educação fornecerá o suporte técnico e administrativo necessário à execução dos trabalhos e ao funcionamento do Comitê.

Art. 7º O Comitê de que trata o art. 6º encaminhará aos Ministros de Estado da Educação e Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, anualmente, relatório de avaliação da implementação das reservas de vagas de que trata este Decreto.

Art. 8º As instituições de que trata o art. 2º implementarão, no mínimo, vinte e cinco por cento da reserva de vagas a cada ano, e terão até 30 de agosto de 2016 para o cumprimento integral do disposto neste Decreto.

Art. 9º O Ministério da Educação editará os atos complementares necessários para a aplicação deste Decreto, dispondo, dentre outros temas, sobre:

I - a forma de apuração e comprovação da renda familiar bruta de que tratam o inciso I do caput do art. 2º e o inciso I do caput do art. 3º; e

II - as fórmulas para cálculo e os critérios de preenchimento das vagas reservadas de que trata este Decreto.

Art. 10. Os órgãos e entidades federais deverão adotar as providências necessárias para a efetivação do disposto neste Decreto no prazo de trinta dias, contado da data de sua publicação.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Anexo III- Documentos Para Comprovação Da Renda Familiar De Participante Das Políticas De Ações Afirmativas (Lei Nº 12.711/2012)

Os(As) candidatos(as) com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo deverão comprovar essa condição por meio da seguinte documentação:

- Comprovante de rendimentos do (a) candidato (a) e demais componentes da família (residentes no mesmo imóvel, com a mesma dependência financeira) ou cartão NIS (Número de Identificação Social) do responsável legal.

-Documentos comprobatórios da situação socioeconômica, conforme relação a seguir, ou cartão NIS (Número de Identificação Social) do responsável legal.

RELAÇÃO DETALHADA DOS DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS PARA COMPROVAÇÃO DA SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA

1. Para a realização da análise socioeconômica, considera-se:

a) família, a unidade nuclear composta por uma ou mais pessoas, eventualmente ampliada por outras pessoas que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todas moradoras em uma mesma residência;

b) morador, a pessoa que tem a moradia como local habitual de residência e nela reside na data de inscrição do estudante no Processo Seletivo da instituição federal de ensino;

c) renda familiar bruta mensal, a soma dos rendimentos brutos recebidos por todas as pessoas da família;

d) renda familiar bruta mensal per capita, a razão entre a renda familiar bruta mensal e o total de pessoas da família.

2. Relação de documentos comprobatórios para análise socioeconômica (quando for o caso) 2.1. A documentação a ser apresentada é referente ao (a) candidato (a) e a TODAS as pessoas que têm a moradia como local habitual de residência e nela residem na data de inscrição do estudante no Processo Seletivo da Instituição Federal de Ensino.

2.2. Os documentos apresentados deverão ser Originais ou Fotocópias Autenticadas em Cartório.

2.3. Documentação de Identificação: a) Documento de Identificação do estudante e de TODOS os demais componentes da família maiores de 18 anos; b) Cadastro de Pessoa Física – CPF de TODOS os demais componentes da família maiores de 18 anos; c) Certidão de Nascimento de TODOS os demais componentes da família menores de 18 anos.

2.4. Documentação Civil: a) Certidão de casamento dos pais ou responsáveis. Em caso de separação ou divórcio, apresentar a certidão de casamento com averbação e a respectiva sentença judicial, se for o caso; b) Em caso de união estável dos pais/responsáveis, apresentar declaração dos mesmos confirmando a união e, em caso de separação não oficial, apresentar declaração de um dos responsáveis confirmando a separação; c) Em caso de falecimento dos pais/responsáveis, apresentar fotocópia da certidão de óbito correspondente.

2.5. Documentação de Comprovação de Renda:

2.5.1. Para os Trabalhadores Assalariados a) Carteira de Trabalho e Previdência Social atualizada; b) Três últimos contracheques; c) Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física, acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver; d) No caso de empregada doméstica, Carteira de Trabalho e Previdência Social registrada e atualizada, ou carnê do INSS com recolhimento em dia; e) Extrato atualizado da conta vinculada do trabalhador no FGTS; f) Extratos bancários dos últimos três meses.

2.5.2. Para os Autônomos, Profissionais liberais, Proprietários ou Pessoas com Participação em Cotas de Empresas ou Microempresas e Atividade Rural. a) Carteira de Trabalho e Previdência Social; b) Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física, acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver; c) Guia de Contribuição para o INSS com comprovante de pagamento do último mês, compatíveis com a renda declarada (carnê GPS) ou Declaração de Comprovante de Rendimento (DECORE) emitida por profissional contábil; d) Quaisquer declarações tributárias referentes a pessoas jurídicas vinculadas ao (a) candidato (a) ou a membros de sua família, quando for o caso; e) Extratos bancários dos últimos três meses, da pessoa física e, quando for o caso, das pessoas jurídicas vinculadas; f) Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ, quando for o caso; g) Notas fiscais de vendas, quando for o caso.

2.5.3. Para os Aposentados, Pensionistas e Beneficiários de Auxílio Doença e Demais Benefícios do INSS. a) Carteira de Trabalho e Previdência Social; b) Extrato mais recente do pagamento de benefício (detalhamento de crédito) emitido pelo site abaixo: http://www3.dataprev.gov.br/cws/contexto/hiscre/index.html c) Extratos bancários dos últimos três meses do benefício. Não serão considerados demonstrativo de saque; d) Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver.

2.5.4. Para os Desempregados a) Carteira de Trabalho e Previdência Social; b) Rescisão do último contrato de trabalho, recibo do seguro desemprego. Recebimento do Fundo de Garantia (FGTS), se demitido nos últimos 12 meses.

2.5.5. Para aqueles que Nunca Trabalharam a) Carteira de Trabalho e Previdência Social.

2.5.6. RENDIMENTOS DE ALUGUEL OU ARRENDAMENTO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

a) Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física – IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver. b) Extratos bancários dos últimos três meses; c) Contrato de locação ou arrendamento devidamente registrado em cartório acompanhado dos três últimos comprovantes de recebimentos.

2.5.7. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

a) No caso de o (a) candidato (a) residir provisoriamente em república, vaga, pensão, ser agregado temporariamente, etc, não há necessidade de enviar documentação de colegas da moradia estudantil. Porém, é necessário enviar a documentação dos membros de seu núcleo familiar, ou seja, documentação referente aos familiares e/ou pessoas que contribuem financeiramente com suas despesas. O (A) candidato (a) deve enviar comprovante do valor recebido mensalmente para sua manutenção; b) A prestação de informação falsa pelo (a) candidato (a), apurada posteriormente à matrícula, em procedimento que lhe assegure o contraditório e a ampla defesa, ensejará o cancelamento de sua matrícula na Instituição Federal de Ensino, sem prejuízo das sanções penais eventualmente cabíveis; c) O (A) Candidato (a) deverá arquivar os documentos apresentados no prazo mínimo de 5 (cinco) anos.

Anexo IV- Decreto nº 7.824

Art. 6º Fica instituído o Comitê de Acompanhamento e Avaliação das Reservas de Vagas nas Instituições Federais de Educação Superior e de Ensino Técnico de Nível Médio, para acompanhar e avaliar o cumprimento do disposto neste Decreto.

§ 1º O Comitê terá a seguinte composição:

I - dois representantes do Ministério da Educação;

II - dois representantes da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; e

III - um representante da Fundação Nacional do Índio;

§ 2º Os membros do Comitê serão indicados pelos titulares dos órgãos e entidade que representam e designados em ato conjunto dos Ministros de Estado da Educação e Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República.

§ 3º A presidência do Comitê caberá a um dos representantes do Ministério da Educação, indicado por seu titular.

§ 4º Poderão ser convidados para as reuniões do Comitê representantes de outros órgãos e entidades públicas e privadas, e especialistas, para emitir pareceres ou fornecer subsídios para o desempenho de suas atribuições.

§ 5º A participação no Comitê é considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

§ 6º O Ministério da Educação fornecerá o suporte técnico e administrativo necessário à execução dos trabalhos e ao funcionamento do Comitê.

Art. 7º O Comitê de que trata o art. 6º encaminhará aos Ministros de Estado da Educação e Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, anualmente, relatório de avaliação da implementação das reservas de vagas de que trata este Decreto.

Art. 8º As instituições de que trata o art. 2º implementarão, no mínimo, vinte e cinco por cento da reserva de vagas a cada ano, e terão até 30 de agosto de 2016 para o cumprimento integral do disposto neste Decreto.

Art. 9º O Ministério da Educação editará os atos complementares necessários para a aplicação deste Decreto, dispondo, dentre outros temas, sobre:

I - a forma de apuração e comprovação da renda familiar bruta de que tratam o inciso I do caput do art. 2º e o inciso I do caput do art. 3º; e

II - as fórmulas para cálculo e os critérios de preenchimento das vagas reservadas de que trata este Decreto.